

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – Setor de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia**

MEMORIAL

Lorenzo Macagno

Memorial descritivo submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente, como requisito parcial necessário para promoção ao nível de Professor Titular do Departamento de Antropologia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, conforme a Resolução Nº 10/CEPE/UFPR de 23/07/2014

Abril de 2021

*Que otros se jacten de las páginas que han escrito;
a mí me enorgullecen las que he leído.*

Jorge Luis Borges, "Un lector", *Elogio de la sombra*, 1969

A Rosângela Digiovanni, *in memoriam* (Obrigado, Zanza!)

SUMÁRIO

INÍCIO	1
CAPÍTULO 1 – 1980-1985: Livros e viagens iniciáticas	3
CAPÍTULO 2 – 1985-1990: A primavera democrática	8
CAPÍTULO 3 – 1990-1995: Prelúdio brasileiro	13
CAPÍTULO 4 – 1995-2000: Rumo a Moçambique	18
CAPÍTULO 5 – 2000-2005: Um “mundo português”?	22
CAPÍTULO 6 – 2005-2010: Outras viagens, outras pesquisas.....	31
CAPÍTULO 7 – 2010-2015: Destinos certos e incertos	40
CAPÍTULO 8 – 2015-2020: Um livro em árabe e outros convites	50
CAPITULO 9 – 2020- . . . : Novo lustro, novos livros.....	66
PALAVRAS FINAIS.....	71
PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA	75

INÍCIO

Na sua aparência imediata, este Memorial se apresenta como uma cronologia de fatos. Sabemos, no entanto, que a experiência prévia que, mais tarde, dará sentido a esses fatos nunca é linear. Por mais que só se torne inteligível *a posteriori*, ela sempre é uma combinatória de acasos, escolhas deliberadas, buscas sistemáticas e descobertas imprevisíveis. Nesta autobiografia acadêmica, a cronologia perpassa quatro décadas: desde os estertores da minha adolescência, quando finalizei o colégio secundário, até a atualidade. Em função da clareza expositiva, dividi cada um dos capítulos em quinquênios ou lustros. Dizem os etimólogos que o termo *lustrum* vem do latim *lustrum* (lustrar, limpar). Mas, ao que parece, essa “limpeza” tem um significado ritual. Na Roma antiga, a “lustração” consistia em um sacrifício ritual que congregava todos os cidadãos após o respectivo censo quinquenal. Neste Memorial, essa periodicidade está despojada de qualquer conotação ritualística. No entanto, ao longo desta narrativa, cada um dos lustros corresponde ao período de gestação de um livro. Os livros operam, pois, como passagens de um quinquênio a outro.

Descrevo, primeiro, minha aproximação com a antropologia, meus anos de formação e, finalmente, as atividades que realizei como pesquisador e docente no magistério superior. É claro que a nossa função primordial no campo do ensino, da pesquisa e da extensão assume formas variadas. Muitas dessas atividades – não todas, pois é preciso não abusar da paciência dos leitores – estão descritas aqui: elaboração de artigos científicos, participação em comissões, eventos, orientações, avaliações, viagens para trabalho de campo e pesquisa, bem como atividades de gestão universitária. Este Memorial, em virtude desse entrelaçado de nomes, lugares, datas e atividades, torna-se uma vítima quase inevitável de um empirismo exacerbado. Por detrás desse impressionismo, e para além da fugacidade residual dos acontecimentos, há uma perenidade incontornável: a dos livros. Eles desafiam a metonímia dos meros acontecimentos. Estas páginas são, à sua maneira, uma homenagem a esses fascinantes artefatos: efêmeros, quando de fogo se trata, porém, eternos.

Em cada um dos capítulos ou lustros (salvo no primeiro, no qual falo de livros “alheios”), evoco os que eu mesmo escrevi e publiquei. Os livros irrompem,

por assim dizer, na cronologia. Se essa sequência seletiva – diacrônica – permite-nos ir do passado ao futuro, os livros, na sua reversibilidade intrínseca, permitem-nos contestar essa linearidade.

Por fim, e ao invés de me adentrar em inúteis disquisições sobre a “autorreflexividade”, ou sobre a “ilusão biográfica” (acompanhadas de consabidas frases tautológicas do tipo “toda memória é seletiva”), limito-me simplesmente a explicitar a geometria dos capítulos. Cada quinquênio ou lustro é um ramalhete de atividades que, por sua vez, busca explicar a gênese social desses livros: cinco de autoria única (incluído um, traduzido ao árabe) e outros dois, resultantes da colaboração com colegas.

CAPÍTULO 1 – 1980-1985: Livros e viagens iniciáticas

Em seu diário de viagens, o etnólogo Alfred Métraux descreve uma paisagem urbana que me é familiar. No final da década de 1920, Métraux tinha fundado, com o estímulo de Paul Rivet, o Departamento de Antropologia da Universidade Nacional de Tucumán, na Argentina. Em 1939, em virtude de uma escala em uma das suas viagens a Tucumán, Métraux passa pela cidade de Santa Fé, onde nasci e vivi até os 20 anos. O etnólogo descreve um passeio pelas ruas da cidade e evoca um cenário melancólico e apassível. Suspeito, pela descrição, que deve ter chegado a Santa Fé na hora da “siesta”, após o almoço, quando as lojas fecham e as pessoas, devido ao calor, se recolhem em suas casas:

Caminhamos durante horas pelas ruas de Santa Fé. A semelhança com Tucumán é espantosa: mesmas ruas desertas, mesma solidão [...]. Seguimos por uma rua longa e deserta até a igreja de Santo Domingo. Algumas crianças vagam pelas ruas, alguns homens e mulheres espiam por trás das janelas; solidão eterna e tédio. Uma igreja na praça principal tem algo do estilo colonial. É pintada de branco e seu telhado é plano. Visitamos o colégio jesuíta, que preserva algumas partes do antigo edifício: dois corredores com abóbada sobreposta cujo telhado é feito de troncos, e um antigo relógio de sol...¹

Consigo visualizar perfeitamente o “cartão-postal” descrito por Métraux. Trata-se do bairro histórico, “colonial”. Realizei meus estudos primários em uma escola pública, já meus estudos secundários aconteceram, justamente, naquele colégio jesuíta descrito por Métraux. Era uma instituição que, entre finais da década de 1970 e início de 1980, se vangloriava de acolher alunos de todas as classes sociais. Os colegas cujas famílias recebiam um salário modesto não pagavam mensalidade. Eu pertencia aos que “pagavam”. Meu pai, advogado, e filho de um pequeno industrial vinculado à indústria de laticínios, tinha sido dirigente estudantil na década de 1950; minha mãe, professora de colégio, especializada em alfabetização para adultos. Se em 1982, quando terminei o colégio secundário, Métraux tivesse visitado novamente a cidade, as mudanças,

¹ MÉTRAUX, Alfred. *Itinéraires I. Carnets de notes et journaux de voyage*. Paris: Payot, 1978. p. 54.

suspeito, não seriam muitas. Santa Fé é, ainda, uma pacata cidade de funcionários públicos, pequenos industriais e comerciantes.

No entanto, por trás da calma provinciana, se debruçava agora uma ebulição incontível. Naquele ano de 1982 respiravam-se novos ares. No mês de junho, finda a guerra das Malvinas (que confrontou os militares argentinos com o governo de Margaret Thatcher), a ditadura atingia seus estertores. No ano seguinte, 1983, aconteceriam as primeiras eleições democráticas multipartidárias, as últimas haviam ocorrido em 1973. Uma nova subjetividade coletiva se gestava. Cientistas, escritores, músicos, artesãos, atores, editores e, claro, antropólogos começaram a retornar do exílio. Naquelas circunstâncias – da passagem da ditadura à abertura democrática – tudo parecia possível. Nós, prestes a sair da adolescência, intuíamos, mesmo de maneira vaga, que nos encontrávamos em um momento de ampliação da experiência e de alargamento dos nossos horizontes imediatos.

Na minha casa havia muitos livros. Mesmo sem ter a noção exata do que significavam as ciências sociais, desde pré-adolescente pressentia que aqueles eram livros “diferentes”. Com o tempo fui tomando consciência de seus conteúdos. Consegui resgatar alguns deles quando já me encontrava em Buenos Aires estudando antropologia, e antes que a biblioteca se incendiasse em um acidente doméstico banal: o velho casarão (dos meus avós e, agora, dos meus pais) estava em reforma e, após um dia de trabalho, os operários esqueceram de desligar um pequeno aparelho para aquecer a água do chimarrão. O aparelho estava junto a um escritório cheio de papéis que, por sua vez, estava do lado da biblioteca. A casa estava fechada, mas um vizinho percebeu a fumaça e, felizmente, conseguiu chamar os bombeiros.

De todo modo, lá ficaram as cinzas dos livros que meu pai comprara quando era dirigente estudantil. Livros sobre a história da América Latina, educação, marxismo, literatura, política. Havia, inclusive, livros de antropologia! Lembro, com clareza do volume da *Sociedade Primitiva*, de Lewis Morgan, e de uma *História da Etnologia*, de Robert Lowie, editada pelo Fundo de Cultura Econômica na década de 1940, possivelmente uma das primeiras traduções de Lowie para o espanhol. Certa vez, já com mais “consciência antropológica”, perguntei a meu pai o porquê desses livros. A resposta foi que, na época em que ele era estudante de direito, esperava-se que um dirigente estudantil, como ele,

tivesse uma formação sólida em várias áreas do saber. A seguir, quase de forma melancólica, acrescentou – e reconheceu – não ter conseguido ler aqueles volumes com a sistematicidade que tivesse gostado pois, já sem tempo, os vaivéns da vida o fizeram “correr atrás do sustento”.

Considero que essa proximidade física com os livros foi uma influência positiva. Mesmo sem ter sido na adolescência um leitor sistemático, era um prazer quase fetichista folhear as páginas, ler um índice, uma contracapa, alguns parágrafos e, depois desse ato de voyeurismo, passar ao livro seguinte. Tratava-se de uma exploração mais material e física do que cognitiva.

Na época, ainda pesavam certos mandatos estruturais em prol de uma suposta estabilidade. Esperava-se que um neto ou bisneto de imigrantes bem-sucedidos seguisse uma profissão “liberal”. Da minha parte, quase discreta e silenciosamente, almejava escapar desse destino previsível e medonho. Os diletantismos da idade chegaram ao fim após uma viagem iniciática rumo à Patagônia. Minha situação talvez fosse semelhante àquela retratada em um breve conto de Jorge Luis Borges intitulado (coincidência?!) “O etnógrafo”:

Sua idade era essa em que o homem não sabe ainda quem é, e está disposto a se entregar ao que lhe propõe a sorte: a mística do persa ou a desconhecida origem do húngaro, as aventuras da guerra ou da álgebra, o puritanismo ou a orgia².

Momento liminar. De decisões, talvez. Sozinho, e de mochila nas costas, saí da estação dos Caminhos de Ferro no bairro de Retiro (Buenos Aires) na direção da localidade de São António Leste, na província de Rio Negro. A partir desse ponto geográfico, o deslocamento foi feito através do velho método contracultural: a carona. Trelew, Puerto Madrin, Puerto Pirâmides, do lado do Atlântico. Depois atravessei toda a província de Chubut até a região dos lagos e bosques patagônicos. Não era uma viagem para depois ter que “mostrar”, ou da qual tivessem que restar marcas ou anotações. Foi uma viagem introspectiva. Não levei máquina fotográfica, nem diário de viagem.

Levei, sim, três livros. Um deles, talvez, algo deprimente: a tradução para o espanhol de *La peste*, de Albert Camus. Os outros dois me levaram,

² O etnógrafo. In: *Elogio da Sombra*. São Paulo: Editora Globo, 1999 [1969].

literalmente, a territórios longínquos: 1. *Viagem ao país dos Tarahumara*, de Antonin Artaud (que ainda conservo na minha biblioteca). Trata-se da famosa viagem que o dramaturgo e poeta surrealista fez ao México, em 1936; 2. O livro de memórias do pintor Paul Gauguin, sobre sua vida nas Ilhas Marquesas, na Polinésia³. As memórias de Gauguin, lembro perfeitamente, faziam uma devastadora crítica aos administradores coloniais daqueles territórios do ultramar francês. Só muito tempo depois tive a clareza de que ambos os livros tocavam temas antropológicos. Os dois eram perpassados por uma tensão, por uma duplicidade presente na história da antropologia: o legado romântico – que fez com que muitos etnógrafos transitassem também pela literatura – e o legado político e de crítica ao colonialismo, à dominação, à violência.

Aquela viagem iniciática coincidiu com o ambiente de expectativas coletivas que descrevi acima: retorno à democracia; fim da guerra das Malvinas; reabertura das carreiras de ciências sociais após a ditadura. Na altura, havia também uma grande movimentação no campo das artes. Falava-se muito de política, de literatura, de música, de teatro, e os livros de ciências sociais começavam novamente a ser editados. Saíamos aos poucos do obscurantismo. Foi nessa época que eu comecei a me interessar pelas ciências sociais. Mas era ainda um interesse difuso. Posso dizer, então, que tive o raro privilégio de terminar meus estudos secundários no exato momento em que a democracia retornava ao país. Quem sabe, talvez toda geração, com 18 ou 20 anos, devesse ter tido o direito de viver seu “Maio francês”, sua “Revolução dos cravos”, sua “Diretas já” ou, como no meu caso, sua “Primavera alfonsinista”: foi assim que os cronistas e os historiadores retrataram, mais tarde, aquele momento na Argentina, em referência a Raúl Alfonsín, primeiro presidente eleito democraticamente depois de quase oito anos de ditadura. Na segunda metade da década de 1980 iniciei minha graduação no Departamento de Antropologia da Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA). A antropologia, tinha ouvido dizer, era a ciência que estudava “a cultura”. Hoje sabemos que este é um substantivo eminentemente plural e polifônico.

Durante a ditadura, alguns daqueles que viriam a ser meus futuros professores na UBA, haviam realizado seus doutorados, ou estágios de estudos,

³ A tradução para o português das memórias de Gauguin foram traduzidas sob o título: *Antes & Depois (Ideias & Memórias)*.

fora do país. Hugo Ratier, especialista em antropologia rural, tinha passado pelo Brasil; Héctor Hugo Trincherro, que trabalhava no campo da antropologia econômica, tinha estado na Suécia (país que hospedou, aliás, inúmeros exilados das ditaduras latino-americanas, sobretudo chilenos). Ana Maria Lorandi, especialista nos povos andinos, passou um período na École des Hautes Études en Sciences Sociales, onde consolidou os vínculos com os etno-historiadores John Murra e Nathan Wachtel. Lembro também das aulas de antropologia urbana, junto a Carlos Herrán, e das de antropologia política, com Sofía Tiscornia. E das conferências magistrais de Carlos Reynoso, que ministrava teorias antropológicas contemporâneas e antropologia linguística e semiótica⁴.

Durante meus anos de estudante em Buenos Aires morei na casa de uma tia solteira, pelo lado paterno, e professora de piano. Era um pequeno e muito bem localizado apartamento. Perto de ótimas livrarias, onde eu podia folhear todos os livros que quisesse. Sem poder comprá-los, claro. Era a época da “cultura” das fotocópias. Nem tudo estava perdido. Ótimas condições para um estudante de província: vida austera, mas em uma universidade e em uma cidade em plena ebulição. Para que dinheiro? Tudo fazia sentido. Cada novo autor que descobríamos, cada nova discussão era como derrubar algum tipo de muralha, quase como desafiar sei lá que tipo de poder.

⁴ Carlos Reynoso, que também é especialista em etnomusicologia, traduziu, organizou e publicou inúmeros livros sobre teoria antropológica. Dentre eles, um volume intitulado *El surgimento de la antropología pós-moderna* (Barcelona: Gedisa, 1992). Foi o tradutor para o espanhol do livro de James Clifford, *The Predicament of Culture*, publicado sob o título *Dilemas de la cultura. Antropología, literatura y arte em la perspectiva pós-moderna* (Barcelona: Gedisa, 1995).

CAPÍTULO 2 – 1985-1990: A primavera democrática

Meu primeiro livro, *Apocalipsis al sur. Una protesta contra inmigrantes en el desierto argentino*, foi publicado em 2002, na Argentina. Aborda o caso de um movimento messiânico e milenarista acontecido no sul da província de Buenos Aires, na segunda metade do século XIX. O trabalho foi gestado durante minha passagem pelo Departamento de Antropologia da Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA). Trata-se de uma versão, corrigida e ampliada, da minha tese de graduação (“teses de licenciatura”, como é chamada na Argentina). O livro tem, portanto, uma gênese social que precisa ser explicitada.

Os professores que tive na UBA exerceram um papel fundamental na renovação da antropologia local, sobretudo no que diz respeito à elaboração de uma crítica às vertentes “histórico-culturalistas” que chegaram ao país pela mão do etnólogo alemão Lehmann-Nietzche, no início do século XX. Justamente no momento de meu ingresso na UBA, entravam em colapso as ultrapassadas correntes fenomenológicas que influenciaram a antropologia argentina durante muito tempo⁵. Infelizmente, e devido às inclemências políticas da década de 1930 (chamada na historiografia argentina de “a década infame”), a empreitada de Métraux em Tucumán, com o apoio de Paul Rivet, não teve continuidade. Salvo pequenas exceções, até finais dos anos de 1970, o que tinha vigorado na antropologia argentina eram as correntes especulativas de uma fenomenologia de inspiração auto-alemã, ao invés das modernas técnicas do trabalho de campo e da pesquisa empírica.

Existia, portanto, na segunda metade da década de 1980, uma preocupação em se desfazer de uma antropologia fenomenológica e histórico-culturalista para, decididamente, abraçar os métodos de uma moderna antropologia social. Ao mesmo tempo, esta mudança coincidiu com um crescente compromisso dos antropólogos locais com assuntos que se tornavam cada vez mais prementes para uma sociedade em franco processo de transformação.

⁵ Redigi um breve comentário crítico sobre as correntes fenomenológicas da antropologia argentina em um artigo publicado em 1991 (Veja-se: Antropología en Argentina: la fenomenología de Marcelo Bórmida. *Origenes*, nº 5, Ano II, Santa Fé).

Logo após meu ingresso no Departamento de Antropologia, ouvi pelos corredores da universidade que uns meses atrás um grupo de estudantes havia perpetrado um estranho ritual. Em uma paródia de funeral, e manipulando um caixão que transportava supostamente o “corpo” da antropologia funcionalista (ou o corpo do próprio Malinowski?), a antropologia “imperialista” havia sido definitivamente enterrada. Que ingenuidade juvenil! Que simulacro inútil! Justamente o legado de Malinowski – que, aliás, não era um imperialista britânico, senão um exilado polonês – havia conseguido romper, em plena Primeira Guerra Mundial, com uma tradição especulativa e meramente ensaísta da antropologia. Por sorte, apesar daquelas pantomimas juvenis, nossa formação inicial foi bastante malinowskiana. Nesse período de formação inicial, recordo especialmente de duas idas ao campo: 1. No contexto de uma disciplina sobre metodologia e antropologia urbana, fiz meu primeiro trabalho de campo entre associações de vizinhos de um bairro da cidade de Buenos Aires. Eram associações que se mobilizavam publicamente contra os processos de privatização do espaço urbano; 2. No contexto de uma disciplina sobre antropologia médica, fizemos um pequeno trabalho de campo em um grande hospital público que recebia, dentre seus pacientes, uma imensa população dos subúrbios e das “villas misérias” (favelas) de Buenos Aires.

Outro elemento marcante dessa etapa foi a leitura de alguns antropólogos brasileiros, decerto trazidos por nossos professores em suas bagagens de “retornados”. Daqueles trabalhos recordo-me especialmente 1. Do ensaio de Roberto DaMatta sobre o trabalho de campo como *rito de passagem* e o *anthropological blues*; 2. Das contribuições de Roberto Cardoso de Oliveira acerca das relações interétnicas que, por fim, rompiam com as abordagens essencialistas e reificantes sobre etnicidade; 3. Dos primeiros estudos sobre o campesinato brasileiro realizados por Ligya Sigaut e Otávio Velho⁶ e, finalmente, 4. Da extensa bibliografia que a antropologia brasileira dedicou aos estudos sociorreligiosos, com especial ênfase nos movimentos messiânico-milenaristas. Em particular, reconheço ter sido imensamente influenciado pelo trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz – bem como pelos de seu mestre, Roger Bastide

⁶ É possível que esta bibliografia tenha chegado a Buenos Aires através de Hugo Ratier, que cursara, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, os seminários sobre campesinato ministrados por Moacir Palmeira.

– que conheci graças a um seminário de leitura sobre Movimentos Sociorreligiosos, coordenado por Alessandra Siffredi, que ocupava, naquela altura, o posto de diretora da Seção de Antropologias Especiais (Instituto de Antropologia da Universidade de Buenos Aires). Tinha sido, ademais, discípula (em Roma) de Vittorio Lanternari, o grande antropólogo italiano que, influenciado pelos estudos de Ernesto de Martino – e indiretamente, por Antonio Gramsci – tornara-se, nos anos 1960, uma referência obrigatória no campo dos estudos sociorreligiosos e nas chamadas culturas subalternas. Alessandra Siffredi, mais tarde, seria minha orientadora da graduação. Esta foi, pois, a semente que deu origem a meu primeiro livro.

Ainda durante a graduação, éramos obrigados a escolher duas disciplinas optativas. “História da colonização e da descolonização”, ministrada por Maria Elena Vela, foi uma das que escolhi; esta disciplina tendo possibilitado minhas primeiras leituras sobre a história comparada das administrações coloniais na África. Dessa época lembro-me, sobretudo, dos trabalhos da africanista francesa Catherine Coquery-Vidrovitch. Mal imaginava que, anos mais tarde, grande parte da minha pesquisa seria desenvolvida em um país africano: Moçambique.

Ao chegar o momento de eleger um tema para elaborar minha tese de graduação, decidi-me pelo estudo do milenarismo e do messianismo. Graças ao referido seminário ministrado por Alessandra Siffredi, comecei a me interessar pelo que Eric Hobsbawm denominara de “rebeldes primitivos” (revoltas camponesas, movimentos sociorreligiosos, protestos milenaristas). O caso pontual com o qual trabalhei foi o de um levantamento que, para além do componente messiânico, assumiu (como ocorre em muitos desses protestos) uma carga fortemente exclusivista. Tratava-se de um movimento sociorreligioso analisado, até esse momento, apenas por historiadores. Este levantamento ocorreu no final do século XIX, no sul da província de Buenos Aires, quando um grupo de “gauchos”⁷, seguindo as ordens de um messias/curandeiro que itinerava pela região, empreendeu uma matança contra os primeiros imigrantes europeus que começavam a chegar.

⁷ Na configuração sociocultural da época, trata-se de uma categoria mais próxima daquela que no Brasil denominamos de “caboclos”; portanto, ela pouco tem a ver com os “gaúchos” da região do Rio Grande do Sul.

O tema me introduziu em um conjunto de discussões decisivas concernentes à história da teoria antropológica. Desse modo, o estudo do messianismo me obrigava a refletir sobre o impasse disciplinar produzido, entre as décadas de 1950 e 1960: 1. A crescente sensibilização dos antropólogos pelo estudo da “mudança social e cultural”; 2. A importância da abordagem antropológica para a compreensão do processo de surgimento dos Estados nacionais; 3. Uma maior abertura, por parte da antropologia, para dialogar com outras disciplinas, em particular, a história; 4. A importância do estudo dos movimentos socioreligiosos para a compreensão dos processos de construção de identidades a partir de uma perspectiva comparativa ampla.

Naquele trabalho procurei demonstrar que o projeto das elites de construção de uma nação “branca”, através do estímulo à imigração europeia e do extermínio dos povos originários, foi um processo tortuoso e violento. As ferramentas teórico-metodológicas proporcionadas pela antropologia me permitiram, ademais, criticar as abordagens historiográficas convencionais que tomavam os movimentos messiânicos do sul da província de Buenos Aires como simples surtos de fanatismo coletivo. A partir desse estudo, minhas primeiras preocupações antropológicas consistiram, portanto, em analisar os processos de construção simbólica do inimigo, através do exame de determinadas formas de ação política em contextos de construção de Estados nacionais.

No término da minha graduação em antropologia, e durante a redação da minha monografia de graduação⁸, comecei a ministrar, em 1991, a disciplina Introdução às ciências sociais para o curso de Comunicação Social do Instituto de Estudos Superiores (IES), em Santa Fé. Foi minha primeira experiência docente. Essa ocasião foi uma oportunidade para que eu sistematizasse e aprofundasse minhas leituras sobre alguns “clássicos”. Inclusive, no IES, cheguei a participar nas “Primeiras Jornadas de Docentes Pesquisadores”, convidado, na altura, por uma colega filósofa especialista em Habermas. Foi minha primeira apresentação, em um evento, sobre o “messias de Tandil”. No início de 1993 – ano do meu ingresso na pós-graduação no Brasil – defendi minha tese de licenciatura e, mais tarde, no IV Congresso Argentino de

⁸ Chamada, na Argentina, de “tese de licenciatura”. Se no Brasil a licenciatura confere uma habilitação docente, a tese de licenciatura na Argentina é o primeiro passo da pesquisa acadêmica.

Antropologia Social (julho de 1994), voltei a apresentar algumas conclusões acerca de meu trabalho sobre messianismo.

Entretanto, em novembro de 1992, tive acesso a um panorama mais atualizado sobre os movimentos religiosos no Brasil através de um curso organizado, em Buenos Aires, no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDES). O coordenador do curso foi Alejandro Frigério, o responsável por ministrá-lo foi Reginaldo Prandi, professor da Universidade de São Paulo e reconhecido especialista em religiões afro-brasileiras. Tempos depois, já no Brasil, conheci seus primeiros trabalhos sobre umbanda na cidade de São Paulo.

É preciso abrir aqui um parêntese sobre as características diferenciais, pelo menos naquela altura, dos estudos universitários na Argentina e no Brasil. Na época, existia na Argentina uma forte tradição que privilegiava os estudos de graduação: a duração do curso de antropologia podia, eventualmente, durar entre cinco e sete anos, de acordo com o tempo que os estudantes levam para redigir sua tese de graduação. Não existe, portanto, uma graduação geral em “Ciências Sociais” (e a conseguinte especialização), mas uma graduação já especializada e direcionada a uma área específica (Antropologia, Sociologia, Ciência Política). O sistema de mestrados e doutorados começou a ser gradualmente introduzido sobretudo a partir de finais da década de 1990 e início de 2000. Até essa época havia uma certa defasagem na formação das distintas gerações: a existência de graduados “Licenciados” (como é o caso de alguns dos meus ex-professores) que já são pesquisadores seniores, e que possuem uma ampla experiência de pesquisa e docência e, por outro lado, a presença – relativamente recente – de jovens doutores com menos experiência, mas que possuem título de pós-graduação. Para mim, por volta de 1992, em virtude da ausência de alternativas institucionais para a realização de estudos de pós-graduação, o Brasil se apresentava como um horizonte iminente.

CAPÍTULO 3 – 1990-1995: Prelúdio brasileiro

Evoquei, no início do capítulo anterior, meu primeiro livro. Menciono, agora, o mais recente: *A invenção do assimilado. Paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Em termos cronológicos é o sétimo (incluindo os que organizei em coautoria). Apesar de ter sido publicado em Lisboa, em 2019, sua genealogia remonta aos meus “dias de Rio de Janeiro”. Há um intervalo de vinte e cinco anos entre as primeiras sementes cariocas e aquela publicação!

Como referido no tópico anterior, eu já estava ministrando aulas de ciências sociais no IES, em Santa Fé. Era uma carreira de comunicação social, para estudantes de jornalismo. Do ponto de vista acadêmico, aquilo não parecia nada promissor. Entretanto, na UBA já tinha ouvido falar, com admiração, da sólida institucionalização da antropologia brasileira. Minha primeira companheira também acabara de finalizar seus estudos de antropologia, mas na Universidade Nacional de Rosário. Tínhamos amigos no Rio de Janeiro. De certa forma, como tantas outras vezes, e para minha sorte, acabei respondendo positivamente a uma espécie de chamada hospitaleira. Finalizada minha tese de licenciatura encontrei, em 1992, um intervalo para viajar ao Rio de Janeiro, onde participei do processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. No IFCS me deparei com um ambiente interdisciplinar e cosmopolita. A presença de numerosos estudantes latino-americanos, e sobretudo africanos, ofereceu-me um contexto essencial para o intercâmbio de ideias com colegas e professores provenientes de diferentes lugares e formações.

O bairro de Fátima, no Rio de Janeiro, foi meu ponto de chegada. Primeiro contato com o Brasil. Passei os primeiros dias no apartamento de um casal de amigos argentinos, que lá moravam. Nunca antes tinha posto os pés no Brasil, que conhecia apenas através do cinema, da música, de alguma antropologia e, claro, do futebol. Em Santa Fé tinha um amigo obcecadamente brasiliófilo: fanático da poesia de Vinicius de Moraes, do Grêmio de Porto Alegre e de um tal Renato “gaúcho”. Mais tarde meu amigo – ele mesmo poeta – diversificou suas preferências e me apresentou a poesia de Nestor Perlongher. Já falecido, e ex-professor da Unicamp, Perlongher é conhecido na Argentina mais como

poeta do que como antropólogo. O livro que me emprestou, lembro perfeitamente, se chamava *Águas aéreas*. Eram escritos poéticos influenciados, supostamente, pela sua experiência com a ayahuasca.

No Rio, o bairro de Fátima, onde inicialmente me hospedei, é predominantemente negro, ou pelo menos era na época em que ali cheguei. À medida que o transeunte sobe para Santa Teresa, ou desce para a Zona Sul, a cromática embranquece. Esta é uma constatação *post-factum*, pois, na altura, talvez eu imaginasse que aquele bairro representava a parte de um todo. Os estímulos foram intensos. Na época, o governo de Fernando Collor de Melo já agonizava. Mais tarde, eu descobriria as belezas da paisagem. Também testemunharia a violência, sempre injusta com a cidade maravilhosa: em julho de 1993, aconteceu a chacina da Candelária, um mês depois a de Vigário Geral. As manchetes dos jornais sensacionalistas retratavam esses fatos com imagens escabrosas. Era impossível não se deparar com essas fotografias nas bancas de jornais no centro do Rio durante minhas idas ao IFCS, situado no Largo de São Francisco. A sincronia marcada entre minha chegada e esses fatos violentos produziu um certo estado de alerta. Aos poucos aprendi a relaxar, pois era impossível não se deixar levar pela hipersociabilidade e o bom humor cariocas. Enquanto isso, me virava com o “portunhol” graças à paciência infinita dos meus colegas e professores.

Como estudante recém-chegado, tive que abandonar demasiado rápido minhas expectativas de estudos comparativos entre Brasil e Argentina sobre messianismo. Nessa altura, essas problemáticas pareciam, por assim dizer, fora de moda. Meus professores não falavam de Roger Bastide, de Maria Izaura Pereira de Queiroz ou de Canudos, mas de Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Clifford Geertz, Louis Dumont e Marshall Sahlins. No IFCS encontraria excelentes interlocutores que me permitiriam ampliar o escopo das minhas preocupações antropológicas iniciais. Dentre meus professores, além de Peter Fry (que viria a ser meu orientador), lembro com saudade e admiração de Regina Novaes, Neide Esterci, José Reginaldo Gonçalves, Yvonne Maggie, Luiz Antonio Machado da Silva e Elisa Reis.

Estava disposto, desde o início, a me abrir ao mundo sociocultural que me hospedava. As leituras de Gilberto Freyre foram um itinerário obrigatório. Porém, em pouco tempo, pude perceber que a figura do intelectual pernambucano era

motivo de polêmicas e disputas. Procurei rastrear e seguir essas disputas e, ao mesmo tempo, aprender com elas. De toda maneira, o contato com sua obra me aproximou de um universo sociocultural ainda mais amplo: aquilo que o próprio Gilberto Freyre chamava de “mundo português”, ou “o mundo que o português criou”, parafraseando aqui o título de um livro que reúne algumas das suas conferências.

Junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia funcionava no IFCS o recém-formado Programa de Estudos sobre África Austral, cujo coordenador era Peter Fry. Chegado ao Brasil nos anos 1970, estudou primeiro em Cambridge, sendo depois “convertido”, via Clyde Mitchell, à Escola de Manchester. Peter passara também por uma longa experiência de campo não só em países como Zimbábue e Moçambique, mas também no Brasil (seus estudos sobre religiões afro-brasileiras, homossexualidade e “cultura brasileira” são amplamente conhecidos). Nessa altura, enquanto coordenador do referido programa, promovia um intenso intercâmbio com alunos de Moçambique, esforçando-se para, de alguma maneira, aproximar o Brasil da África (e vice-versa). Lembro-me, nesse contexto, de uma das disciplinas que acabaram me influenciando fortemente para que, mais tarde, escolhesse os caminhos pelos quais transitaria meu trabalho: tratava-se de um curso coordenado por ele e por um jovem antropólogo (Fernando Rosa Ribeiro), recém-chegado, então, do seu trabalho de campo na África do Sul. A disciplina procurava estabelecer uma comparação entre as políticas coloniais do lado português (Moçambique) e as do lado sul-africano. Em resumo, tratava-se de comparar e pensar as políticas assimilacionistas de Portugal com as políticas segregacionistas que resultaram no *apartheid*.

Foi no IFCS, no Rio de Janeiro, que comecei a conhecer Moçambique. Havia, a partir do convênio coordenado por Peter Fry, jovens moçambicanos e moçambicanas das diversas províncias (do norte, Cabo Delgado, Nampula; do centro, da Zambézia, e do sul do país). Conversávamos muito. Ao mesmo tempo, ao lado do IFCS, no Largo de São Francisco, no centro da cidade, está localizada uma bela biblioteca, em estilo manuelino, com um acervo documental muito rico sobre o “mundo português”: o Real Gabinete Português de Leitura. Foi ali que comecei a minha investigação bibliográfica sobre o sistema colonial português, sobre o assimilacionismo. Encontrei um vasto acervo de relatórios coloniais – foi

ali que li o famoso relatório de Antônio Enes, intitulado, justamente, “Moçambique”, e também os trabalhos de Mouzinho de Albuquerque, leis coloniais, os trabalhos de Marcelo Caetano, Adriano Moreira, e todos os comentaristas mais recentes. Obviamente, nessa época não tínhamos acesso à internet. Era muito difícil obter revistas científicas. Era preciso fazer um trabalho de exploração, de descoberta. Tive a sorte de viajar já durante o mestrado devido a questões familiares. Minha tia materna mora no Estado de Ohio desde o início de 1970. Pude conhecer algumas universidades norte-americanas. Na primeira viagem que fiz aos Estados Unidos, em 1993, meu primo me convidou para conhecer a Universidade de Michigan, em Ann Arbor, onde ele estava estudando medicina. Fiquei fascinado com as bibliotecas e com a facilidade de acesso a um sem-número de monografias, livros e revistas científicas. Depois conheci também a Califórnia (San Francisco e Los Angeles). Consegui trazer uma bibliografia em inglês que juntei ao *corpus* documental que levantei no Rio de Janeiro.

O objetivo da minha dissertação de mestrado, orientada por Peter Fry, era o de aprofundar o desafio inicial oriundo daquele curso comparativo. Assim, a pesquisa procurou compreender os paradoxos – o *double bind*, diria Gregory Bateson – e os desafios do discurso assimilacionista de Portugal em Moçambique. Um discurso que, aliás, se nutria de uma forte retórica “multirracista” que se apropriava, em um determinado momento, dos princípios luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. A extensa documentação existente no referido Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro constituiu a matéria-prima do meu trabalho: leis coloniais, relatórios de governadores coloniais, discursos, opúsculos etc. De maneira quase inevitável fui “encerrado” no triângulo Brasil/Portugal/Moçambique. Porém, o estímulo mais forte ao meu trabalho partiu dos colegas moçambicanos do Programa. Eles foram, tanto ao longo do mestrado como do doutorado, interlocutores fundamentais para a minha pesquisa. Nessa altura, praticamente me esquecera das minhas preocupações iniciais sobre milenarismo e messianismo, mas não do papel dos Estados (sejam eles nacionais ou coloniais) na construção – violenta – de cosmologias e classificações de alteridade hierarquizantes e exclusivistas. Em 2019, aquela dissertação sobre assimilacionismo seria publicada, após sofrer

uma série de ajustes, correções e ampliações. Vinte e cinco anos depois de ter sido defendida!

CAPÍTULO 4 – 1995-2000: Rumo a Moçambique

O dilema multicultural, publicado em 2014, é meu terceiro livro (de autoria única) e o quinto (considerando os que publiquei em coautoria). As reflexões que perpassam aquela publicação são o resultado de um longo processo. É basicamente um livro de ensaios. Nele incluo também um capítulo que aborda questões oriundas de meu trabalho de campo em Moçambique. As primeiras sementes deste livro foram plantadas ao longo deste lustro que se inicia em 1995, com meus estudos de doutorado.

Meu projeto de doutorado foi aprovado no final de 1995. A pesquisa visava entender, a partir do terreno, as consequências contemporâneas das políticas "assimilacionistas". Em janeiro de 1996, defendi a tese de mestrado e, imediatamente, comecei a cursar as disciplinas do doutorado, graças a uma bolsa outorgada pelo Programa PEC-PG (Programa para Estudantes Estrangeiros Convenio Pós-Graduação), do CNPq. A partir desse ano, iniciei um período de pesquisa que combinou um trabalho de campo no sul de Moçambique com consultas em bibliotecas e arquivos na África do Sul, Portugal e Moçambique. No início de setembro de 1996, recebi um financiamento de pesquisa da Ford Foundation, concedido através do Programa de Estudos sobre África Austral e do Laboratório de Pesquisa Social (IFCS/UFRJ). Isto me permitiu permanecer em Moçambique de setembro de 1996 a março de 1997. Nessa ocasião, acedi a um universo de pessoas que durante o período colonial estiveram sujeitas à categoria jurídica de "indígenas" e que mais tarde receberam o estatuto de "assimilados" (na prática, africanos considerados cidadãos portugueses de segunda categoria). O que havia estudado nos documentos coloniais podia agora ser ampliado através do contato com aqueles que foram alvos (nunca passivos) destas políticas. Assim, tinha a possibilidade de compreender, em campo, as consequências da experiência colonial.

Estas preocupações me levaram a indagar sobre as noções de cidadania, tradição e "cultura" veiculadas pelo discurso colonial português. Mas, sobretudo, o que me interessava era problematizar os efeitos das categorias jurídico-coloniais na vida de um amplo grupo de pessoas (a maioria pertencente aos grupos *shanganas* e *tongas* do sul do país). Cabe lembrar que até a década de

1920, no sul de Moçambique, a influência protestante foi intensa. Mais tarde, quando Portugal proibiu a presença protestante nas suas “Províncias Ultramarinas”, a influência católica no sul e no centro do país se tornou cada vez mais forte. Já o norte do país, de maioria muçulmana, mostrava-se como um difícil desafio para as políticas de assimilação; sobre esse terreno, debruçar-me-ia alguns anos depois.

Em 1996, após defender minha dissertação de mestrado, e antes da minha primeira viagem a Moçambique, participei no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, no Rio de Janeiro. Lá estavam o escritor Mia Couto, o historiador e escritor moçambicano João Paulo Borges Coelho, o historiador Colin Darch, o antropólogo Christian Geffray, autor do polêmico livro sobre a guerra em Nampula (distrito de Eráti), e José Luís Cabaço, hoje também antropólogo, e um dos ministros do primeiro governo de Samora Machel.⁹

Um dos objetivos centrais da minha tese de doutorado consistiu em analisar as continuidades e as rupturas das políticas educativas entre o período colonial e pós-colonial em Moçambique, indagando a tensão entre assimilacionismo/multiculturalismo. Algumas conclusões deste trabalho foram divulgadas em um ensaio que publiquei na revista *Novos Estudos*, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), intitulado “Política e cultura no Moçambique pós-socialista”¹⁰, bem como em outros artigos.

Entretanto, em 1998 recebi um convite, através da Secretaria de Cooperação Internacional da Universidade Nacional do Litoral (UNL), com sede na minha cidade natal (Santa Fé) para ministrar algumas palestras no curso “Teoria Social, modernidade e globalização”. Tratava-se de uma disciplina de pós-graduação orientada para um público amplo das Ciências Sociais. Essa foi, para mim, uma oportunidade para sistematizar um conjunto de textos e discussões contemporâneas no âmbito da antropologia e das ciências sociais em geral. Findo o curso, o comitê da revista *Culturas*, editada pela Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidad Nacional del Litoral, solicitou-me um artigo que abordasse alguns dos assuntos tratados nas minhas apresentações.

⁹ José Luís Cabaço desligou-se formalmente das suas atividades no seio do partido Frelimo em 1991, nas vésperas do V Congresso.

¹⁰ Veja-se: MACAGNO, Lorenzo. Política e cultura no Moçambique pós-socialista. *Novos Estudos*. São Paulo: Cebap, 2003. p. 75-89.

Assim, publiquei na referida revista um breve ensaio intitulado “Una vez más: modernidad, pós-modernidad y cultura”.

Ainda em 1998, retornei a Moçambique para participar do V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em Maputo, e para prosseguir em minha pesquisa de campo. Nesse congresso apresentei minhas primeiras reflexões sobre a trajetória no sul de Moçambique do missionário e etnógrafo suíço Henri-Alexandre Junod, sobre quem, anos mais tarde, publicaria um artigo na revista *Social Sciences and Missions* (SSM). Nesse ínterim, tornar-me-ia, a convite do editor de SSM, Eric Morier-Genoud, membro do “editorial board” daquela revista.

Meu itinerário se orientava cada vez mais para uma ampliação do universo empírico e, por sua vez, para uma multiplicação dos problemas antropológicos nascidos no terreno. Naquela época, ninguém falava, como hoje, dessa enteléquia chamada “sul global”. Eu era um estudante do “sul” estudando outro “sul”. Ou, como simpática e provocadoramente comentaria minha conterrânea Beatriz Heredia (infelizmente já falecida) na sua qualidade de membro da banca, quando tive que defender meu projeto de doutorado: “... então, quer dizer que você vai pesquisar o colonialismo dos Outros?”. Obviamente, tomei a alfinetada com senso de humor. Entretanto, o que era, na altura, uma pura intuição acabou se consumando institucionalmente, pois novas derivações, oriundas das minhas escolhas, se deram quando, no final do doutorado, me candidatei a um financiamento de pesquisa do Programa SEPHIS (The South-South Programme for Research on the History of Development), coordenado pelo Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã. Justamente, o Programa SEPHIS procurava estimular pesquisadores do “sul” a realizarem trabalhos comparativos em outros países do “sul” que não fossem seus países de origem.

O financiamento do SEPHIS possibilitou-me, portanto, uma ampliação das minhas pesquisas de campo em Moçambique, bem como uma estadia em Lisboa, período no qual pude trabalhar com os arquivos coloniais. Foi graças àquele apoio que, em 2000, realizei uma terceira viagem a Moçambique, desta vez ao norte do país, região caracterizada por uma forte presença muçulmana. O contato com as sociedades muçulmanas ali existentes determinou o futuro das minhas preocupações empíricas e teóricas. De todas as pesquisas que realizei, aquela (na Província de Nampula e na Ilha de Moçambique) foi, em termos de

“experiência”, a mais malinowskiana. Faço esta afirmação pensando nos desafios materiais e emocionais retratados pelo próprio Malinowski nos seus famosos diários (publicados postumamente, para escândalo da comunidade antropológica internacional): um retrato humano, “demasiado humano”, e no qual, creio, qualquer um de nós que tenhamos realizado pesquisas de campo longe de casa podemos nos ver refletidos. Refiro-me, claro, aos famosos “imponderáveis da vida cotidiana” (*imponderabilia of the actual life*), não só dos nativos, mas do próprio etnógrafo. Dentre eles, as doenças.

No meu caso, por sorte, não cheguei a adquirir malária. Mas fiquei vários dias prostrado, devido ao consumo de um peixe estragado. Em Nampula me embrenhei nos bairros de caniço, e conheci inúmeras mesquitas “ocultas”, auxiliado sempre pelo meu principal interlocutor, Momade, um médico tradicional – e também muçulmano – sobre quem, posteriormente, publiquei um comentário etnográfico em tom “reflexivista”¹¹. Todo esse material empírico foi usado para minha pesquisa de recém-doutor, não para minha tese de doutorado (baseada no campo de 1996-98) que já estava prestes a defender.

Em dezembro de 2000 defendi a tese *Do assimilacionismo ao multiculturalismo. Educação e representações sobre a diversidade cultural em Moçambique*, aprovada com conceito máximo pela banca examinadora, composta por Peter Fry (diretor), Mariza Peirano (UnB), Bruna Franchetto (UFRJ), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp) e Mirian Goldenberg (UFRJ). Neste trabalho mostrei que o dilema “assimilação/multiculturalismo” opera nas interfaces de uma rede complexa e interconectada de atores e ideias que transcende os próprios limites geográficos de Moçambique. Analisei essa tensão através da identificação de um conjunto de atores sociais específicos: administradores coloniais, missionários, educadores, etnógrafos e linguistas. Em termos gerais, o objetivo central consistiu em indagar sobre a forma como esses agentes pensaram e pensam o universo sociocultural moçambicano e, simultaneamente, sobre como procuraram intervir na vida dos grupos que compõem esse mundo.

¹¹ Veja-se “Os livros de Momade. Islã e ‘saber local’ no norte de Moçambique”. *Campos*. Revista de Antropologia Social, Curitiba, vol. 5, nº 1, p. 31-51, 2004.

CAPÍTULO 5 – 2000-2005: Um “mundo português”?

No final deste lustro publiquei um novo livro, *Outros muçulmanos. Islão e narrativas coloniais* (2006), em Lisboa. É um trabalho que tem muito a ver com minha passagem pelo Cebrap e, portanto, com minha participação em uma equipe de pesquisa coordenada, na altura, por Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp). Também é um livro que deve muito aos vínculos que fui estabelecendo com os colegas especialistas na África da Universidade de Bordéus, sobretudo Michel Cahen. Em termos meramente diacrônicos é meu segundo livro. Sua genealogia se inicia aqui.

A aproximação com os colegas franceses começou em 2000, quando fui convidado pela historiadora Armelle Enders a integrar o comitê da revista *Lusotopie* como redator associado. Trata-se de uma publicação interdisciplinar, na época dirigida pelo já mencionado Michel Cahen, ex-diretor do Centre d'étude d'Afrique noire (CEAN)¹², dedicada à análise política e cultural dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). Em 1999, eu havia publicado naquele periódico um dos meus primeiros artigos científicos: uma análise das peripécias políticas e científicas da passagem do antropólogo Marvin Harris por Moçambique e pelo Brasil entre 1950 e 1960. Já havia conhecido, brevemente, a Armelle Enders, no Rio de Janeiro, pois, como historiadora especialista no Brasil, ela visitava com relativa frequência a cidade. Tínhamos também uma amiga em comum. Posteriormente, eu aprofundaria os vínculos com o CEAN e com Michel Cahen, através de um estágio de pós-doutorado como bolsista da Fundação Maison des sciences de l'homme.

Naquele mesmo ano, 2000, participei em Salvador, Bahia, do Congresso organizado pela Mediterranean Studies Association, no qual apresentei um trabalho acerca das pesquisas etnográficas realizadas pelo antropólogo português Jorge Dias no norte de Moçambique e no norte de Portugal. Mais tarde, uma versão deste trabalho seria publicada na revista *Afro-Ásia* sob o título “Lusotropicalismo e nostalgia etnográfica: Jorge Dias entre Portugal e

¹² O CEAN encontra-se sediado no Institut d'études politiques de Bordeaux (Sciences Po Bordeaux) e é vinculado ao Centre national de la recherche scientifique (CNRS). Em 2011, após uma fusão com o Centre d'études et de recherches sur les pays d'Afrique orientale (Crepao, Université de Pau et des Pays de l'Adour, UPPA), o CEAN passa a se chamar Les Afriques dans le Monde. Centre de recherches pluridisciplinaires et comparatistes (LAM).

Moçambique”. A propósito, aproveitei a ocasião da minha estadia em Salvador para visitar um amigo antropólogo beninense, Hippolyte Brice Sogbossi (que conheci no Rio, quando ele estudava no Museu Nacional), hoje professor na Universidade Federal de Sergipe. Brice me fez conhecer alguns terreiros de candomblé. Especialista em línguas “fon”, fez questão de me levar ao famoso terreiro, no bairro de Brotas, da Mãe Olga do Alaketu de quem ele era amigo. Anos mais tarde, convidado pelo historiador Valdemir Zamparoni, retornaria a Salvador para participar em uma banca de concurso público no magistério superior, na UFBA.

Enquanto terminava o relatório final para o Sepsis no início de 2001, elaborei um projeto de pesquisa de pós-doutorado a fim de me incorporar, a convite de Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), ao grupo de pesquisa sobre Pós-colonialismo, nação e conflito, por ele coordenado no Cebrap. Omar se tornaria um parceiro intelectual generoso e sensível. Meu projeto, *Desafios do assimilacionismo: a sociedade colonial e as comunidades muçulmanas no Norte de Moçambique*, foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, Processo 01/06669-2), com início em agosto de 2001. Ainda em 2001, recebi um convite de Peter Fry para participar no lançamento do livro *Moçambique. Ensaios*, uma compilação, organizada por ele, de vários trabalhos dos colegas moçambicanos do IFCS, bem como de outros colegas brasileiros que trabalhavam sobre Moçambique. No dia do lançamento me dei conta de que, na primeira fila da plateia do Salão Nobre do IFCS, estavam presentes quase todos os meus ex-professores do mestrado e do doutorado. Aquele encontro significou, para mim, uma espécie de despedida dos “anos de Rio de Janeiro”.

Ao longo de 2002 divulguei, em encontros e congressos, os primeiros resultados da minha pesquisa de pós-doutorado iniciada no Cebrap. Ao mesmo tempo, foi um período importante para a elaboração de diversos artigos. Entre os meses de maio e junho participei, na Universidade de Granada (Espanha), de um novo encontro da Mediterranean Studies Association, no qual apresentei o trabalho “Arab-phobia and Arab-philia in the Portuguese Colonial Imaginary”. Esta foi a minha primeira apresentação em inglês em um evento científico: ironias do destino, pois estava em um país que tem o espanhol como língua oficial. Após minha apresentação, Günther Dietz, antropólogo de origem alemã

que, na altura, era diretor do Laboratório de Estudos Interculturais daquela Universidade (hoje é professor no México), aproximou-se para conversarmos. Generosamente elogiou minha apresentação. Günther desenvolvia uma pesquisa sobre imigrantes na Espanha provenientes de países muçulmanos. Interessei-me muito pelo seu trabalho, já que me encontrava às vésperas de ministrar o curso “Imigração, cidadania e nação: políticas da diversidade em contextos democráticos”, a convite, mais uma vez, da Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Nacional do Litoral (UNL), na Argentina. Na altura, nunca imaginei que aquele breve diálogo com Günther, em Granada, teria, no futuro imediato, novos desdobramentos.

Particpei ativamente na organização do curso na UNL, na Argentina. Propus-me a dedicar um tópico especial às discussões sobre imigração e multiculturalismo. Assim, procurava, ao ministrar tal disciplina, aproximar os estudantes de alguns elementos conceituais básicos das noções de cidadania, soberania, território e nação, bem como analisar os limites e os desafios do multiculturalismo e suas diferentes vertentes. Por outro lado, o curso pretendia identificar as contribuições de alguns antropólogos contemporâneos para esta problemática (Arjun Appadurai, Ulf Hannerz, Nestor Garcia Canclini, Verena Stolcke, Terence Turner, Abdelmalek Sayad, dentre outros). Pouco tempo depois, e em consequência daquele curso, redigi um artigo intitulado “As Ilusões etnoenealógicas da nação”, publicado na revista *Lugar Comum*, da Escola de Comunicação da UFRJ.

A seguir, quando já me encontrava instalado em São Paulo, no Cebrap, Günther Dietz, da Espanha, me enviou um e-mail com uma proposta difícil de rejeitar. Convidava-me a participar (como pesquisador colaborador do Laboratório de Estudos Interculturais da Universidade de Granada, na Espanha) em um projeto sobre políticas de imigração na União Europeia. Tratava-se de uma pesquisa patrocinada pela Comissão Europeia através da Direção Geral de Emprego e Assuntos Sociais, coordenada pelo Berliner Institut für Vergleichende Sozialforschung (Instituto Berlimense de Pesquisa Social Comparativa) e pela rede de pesquisadores Eurofor (European Research Forum on Migration and Cultural Diversity) – Projeto MIGPOL, VS/2001/0217. Minha tarefa consistiu em analisar o caso de Portugal. Apresentei a versão reduzida do meu Relatório (“Immigration, Integration, Asylum and Refugee Policies in Portugal:

Contemporary dilemmas and Future Challenges”) em dezembro de 2002, em uma reunião acontecida em Florença (Itália), patrocinada pela Eurofor Annual Conference. Ainda sobre este tema, publiquei, em 2005, o capítulo “Nation-State Building and Cultural Diversity in Portugal”, em um livro compilado por Jochen Blaschke¹³. Uma das conclusões dessa pesquisa foi demonstrar a impossibilidade de se compreenderem as discussões sobre política imigratória no Portugal contemporâneo quando se ignora o papel do passado colonial como parte de um imaginário nacional transcontinental e “multirracista”¹⁴ mais amplo. Explicitarei, em meu relatório, o que naquela época parecia ser uma tensão derivada dos dilemas advindos da crescente migração de cidadãos da Europa do Leste (Romênia e Ucrânia) que desafiava os históricos fluxos migratórios das ex-colônias (sobretudo Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e, em menor medida, Moçambique): a suposta vocação atlântica enfrentava, agora, os dilemas de um futuro europeu para Portugal.

Concomitantemente à realização daquela colaboração, prossegui minha pesquisa de pós-doutorado no Cebrap concernente às dinâmicas identitárias das comunidades muçulmanas no norte de Moçambique e suas relações com o Estado colonial e pós-colonial. Em novembro de 2002 apresentei, no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado no Rio de Janeiro, o trabalho intitulado “A Domesticação das Lealdades Transnacionais: O poder colonial e as confrarias muçulmanas no norte de Moçambique”. Tempos depois, a convite da Cátedra Jaime Cortesão e do Centro de Apoio à Pesquisa em História (do Departamento de História da FFLCH na Universidade de São Paulo), apresentei uma versão modificada daquele trabalho, sob o título de “Confrarias e sociedades muçulmanas no norte de Moçambique: fidelidades religiosas, cumplicidades coloniais e ambiguidades nacionais”. A versão final desses trabalhos foi publicada, em Portugal, na revista *Travessias*, órgão oficial da Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa.

Minha pesquisa sobre as comunidades muçulmanas de Moçambique obrigou-me a acompanhar de perto um conjunto de discussões que, na época, eram urgentes sobre “fundamentalismo”, “orientalismo”, “Islã/colonialismo”,

¹³ Veja-se a versão em inglês em anexo.

¹⁴ O termo “multirracista” é aqui empregado como categoria nativa por aparecer frequentemente nos discursos coloniais portugueses da época, sobretudo entre 1950 e 1960.

“Islã/modernidade”. No segundo semestre de 2002 ministrei, como professor convidado, o módulo “Fundamentalismo”, que integrou a disciplina antropologia e conflitos contemporâneos, ministrada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tal ocasião foi, mais uma vez, uma instância privilegiada de interação com os estudantes de Ciências Sociais da Unicamp e de aprofundamento das minhas próprias leituras sobre o assunto.

Durante 2002, quando ainda me encontrava como pesquisador de pós-doutorado no Cebrap, recebemos quatro visitas acadêmicas que foram importantes para o grupo e para nossos trabalhos em particular: Cláudio Lomnitz (professor de antropologia da Universidade de Columbia), João de Pina Cabral (antropólogo e pesquisador do ICS, em Lisboa), Teresa Cruz e Silva (ex-diretora do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, e professora desta Universidade) e Luisa Pinto Teixeira (na altura, pesquisadora do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento da Universidade de Lisboa e, mais tarde, diretora do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Oxford). Todos eles interagiram conosco e discutiram nossos projetos de pesquisa durante várias semanas. Antes dessa visita, em 2000, em Lisboa, conheci João de Pina Cabral, que me concedeu uma entrevista que seria, mais tarde, publicada na revista *Lusotopie*. Teresa Cruz e Silva, sempre generosa, leu e comentou detalhadamente minha tese de doutorado (ainda inédita), fazendo valiosas observações, sugestões e críticas.

Entre julho e agosto de 2003, estive em Moçambique pela quarta vez. E foi minha segunda estadia no norte do país. A viagem, agora financiada pelo Programa de Aperfeiçoamento Científico no exterior da Fapesp (Projeto N. 2003/01207-6), consistiu em um trabalho de campo que desenvolvi, mais uma vez, na região norte-litoral, entre a comunidade muçulmana. Naquela ocasião, e como o fizera em 2000, assisti a rituais diversos, percorri mesquitas, realizei um conjunto de entrevistas com *sheiks*, *mualimos*¹⁵, “shehes” de confrarias e irmandades sufis, “médicos tradicionais” muçulmanos, *halifas*¹⁶. Ao mesmo

¹⁵ No contexto africano, um *mualimo* é geralmente um professor de uma Escola Corânica. O termo também é empregado para se referir a um médico tradicional muçulmano.

¹⁶ É o equivalente feminino de “shehe” ou líder de uma confraria muçulmana. As mulheres têm um papel importante na organização de festas, rituais funerários, casamentos etc.

tempo, fiz um levantamento no Centro de Documentação pertencente ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, no Arquivo Histórico de Moçambique, na Biblioteca do Museu de Etnologia de Nampula, no norte do país, e na Direção Nacional de Assuntos Religiosos do Ministério da Justiça.

Naquela época – e especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 e da “guerra ao terror” – um conjunto heterogêneo de trabalhos procurava abarcar a complexa relação Islã/Política a partir de diferentes abordagens. Muitas vezes, o peso excessivo depositado sobre o Islã escritural e sobre os especialistas capazes de se autoproclamarem portadores do Islã “puro” minimizou a importância da análise de microprocessos no âmbito de sociedades muçulmanas concretas e específicas. Uma das consequências dessas abordagens foi a elaboração de dicotomias macro que assumiram, de acordo com a postura teórico-política dos autores, diferentes dispositivos explicativos: “choque de civilizações” entre Oriente/Ocidente, crítica ao Orientalismo como ideologia ocidental mistificadora, oposições, tais como Islã/Modernidade, Islã/Democracia, e assim por diante. Em geral, essas análises, com suas pretensões generalizantes, não lograram superar a dimensão de uma “filosofia política” pouco disposta a dialogar com a antropologia. É possível que meus relatórios científicos apresentados à Fapesp procurassem se apoiar no trabalho empírico e etnográfico de campo, como uma resposta lateral a estas abordagens. Dito de outro modo, mesmo que eu acompanhasse – e em alguns casos incorporasse à minha reflexão – os trabalhos recentes em torno de tópicos como “fundamentalismo”, “orientalismo” etc. (na pena de autores como Gilles Kepel e Edward Said), o que me interessava especialmente era (evocando aqui o título do livro de Clifford Geertz) o Islã “observado”.

Divulguei em 2004 alguns resultados parciais da pesquisa que realizei no Cebrap na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em Recife. Naquela ocasião, apresentei, no Fórum de Pesquisa sobre Performance, drama e sociedade, coordenado por John Dawsey (USP), algumas descobertas etnográficas acerca do Islã – na sua vertente sufi – e rituais de transe do norte de Moçambique. Posteriormente, publiquei na *Revista de Antropologia* da USP um artigo sobre essa problemática, intitulado “Islã, transe e liminaridade”.

Em 2003 cumpria-se o meu terceiro ano como pesquisador e bolsista de pós-doutorado no Cebrap. Ao longo desse período também tive o privilégio de

participar de seminários periódicos do grupo sobre Missionários e Mediação, coordenado por Paula Montero (USP). As condições de trabalho no Cebrap eram excelentes. Mas naquele ano de 2003 questões pessoais e profissionais confluíram em uma mesma encruzilhada. Disposto a desbravar novos caminhos institucionais, me inscrevi no concurso público para o cargo de professor adjunto no Departamento de Antropologia, da Universidade Federal do Paraná. Quase sem percebê-lo estava “ficando” no Brasil. Concorri com 19 candidatos egressos de diversas universidades federais e estaduais. Fui aprovado em primeiro lugar e iniciei minhas atividades em agosto de 2004, às vésperas do término da minha bolsa de pós-doutorado junto à Fapesp.

Nesse momento, iniciei um intenso e frutífero período de atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da gestão universitária, mas continuei desenvolvendo, apesar dessa considerável carga de compromissos institucionais, minhas pesquisas e trabalhos de campo, bem como publicando e divulgando seus respectivos resultados.

Meu primeiro contato com a UFPR foi uma grata surpresa. Rosângela Digiovanni (Zanza) era a chefe do departamento. Sandra Stoll desempenhava o cargo de coordenadora do programa. Ambas passaram pela Unicamp entre finais da década de 70 e início de 80. Tínhamos, pois, um ex-orientador em comum: Peter Fry! Zanza, sempre sincera, me deu bons conselhos. Sandra, recordo perfeitamente, me perguntou se precisaria de ajuda com a minha mudança (de São Paulo a Curitiba). Depois, como em um ritual de boas-vindas, me passaria as cópias das chaves das respectivas portas de “ingresso”: a sala da secretaria, do programa e do meu gabinete. Sandra se aposentou em 2012. Zanza, a quem este Memorial está dedicado, faleceu em 2014.

Logo após o meu ingresso no Departamento de Antropologia, no segundo semestre de 2004, fui incumbido de ministrar uma disciplina na graduação do curso de Ciências Sociais, “antropologia das minorias”, e outra na pós-graduação em antropologia, “etnicidade, fronteiras culturais e problemas de análise intercultural”. Ainda nesse segundo semestre, integrei-me, como editor responsável, e ao lado de outras duas colegas, a *CAMPOS, Revista de Antropologia Social*, pertencente ao Programa.

No momento da minha chegada, o Departamento de Antropologia – DEAN e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS (hoje

Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia) se encontravam em pleno processo de transformação. A saída de alguns colegas, em virtude de aposentadorias e migrações para outras universidades, bem como o ingresso de novos profissionais repercutiram em uma necessária reacomodação do corpo docente e na criação de novos desafios institucionais. Tratava-se, portanto, de um Programa em mutação, no qual os novos professores assumiriam imediatamente tarefas de gestão acadêmica. Este foi o meu caso.

No final de 2004, após sua correspondente avaliação e aprovação, registrei, no banco de pesquisas da UFPR, o projeto *Comunidades muçulmanas e narrativas de alteridade na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai, Argentina)*. Mais tarde, este projeto se ampliaria tornando-se binacional, e contaria com o apoio do CNPq (Edital Prosul – Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia). Ainda em 2004, a Fundação Calouste Gulbenkian me outorgou uma bolsa para, em Lisboa, prosseguir minha pesquisa bibliográfica sobre os muçulmanos de Moçambique. Em virtude dos meus compromissos com a UFPR, pude deslocar-me para Portugal no período de recesso escolar, entre dezembro de 2004 e março de 2005.

Em Lisboa, entrevistei Fernando Amaro Monteiro, que desempenhara, no início de 1960, a função de consultor da administração colonial sobre assuntos islâmicos em Moçambique. Além de realizar pesquisas nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, fui apresentado, por intermédio da antropóloga Cristiana Bastos (ICS), a Nina Clara Tiesler, socióloga de origem alemã que, como pesquisadora do ICS, estudava as dinâmicas identitárias dos muçulmanos em Portugal. Neste país voltei a me encontrar com João de Pina Cabral e Luísa Pinto Teixeira. Luísa me apresentou as instalações do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA), da Universidade de Lisboa, coordenado por Joana Pereira Leite, especialista em comunidades indianas de Moçambique. Naqueles dias, Luísa e Joana me convidaram para ministrar uma palestra, (co-organizada pelo Centro de Estudos Africanos do ISCTE). Encontrava-se na plateia Franz-Wilhelm Heimer, o grande africanista alemão que, antes da ditadura de 1964, permanecera um período no Brasil como educador. Após minha palestra, Heimer e outros colegas presentes (alguns deles moçambicanos) fizeram uma série de intervenções e comentários estimulantes. O diálogo iniciado com Luísa Pinto Teixeira e Joana Pereira Leite (CesA)

prossequiria. Acabei me tornando amigo de ambas. Sobretudo de Joana, com quem me encontrei em outras ocasiões, sendo a última vez em 2019.

CAPÍTULO 6 – 2005-2010: Outras viagens, outras pesquisas

Histórias conectadas e dinâmicas pós-coloniais foi o título do livro que publiquei em 2008 com Patricia Santos Schermann (hoje Teixeira Santos), da Unifesp, e Fernando Rosa Ribeiro, na época professor da Unicamp. O livro nasceu de uma iniciativa coletiva, a partir de um dos primeiros eventos que organizei e coordenei na UFPR. O seminário contou com o apoio da Fundação Araucária, o órgão que promove o desenvolvimento científico e tecnológico no estado do Paraná (o equivalente da Faperj no Rio, ou da Fapesp em São Paulo).

Em março de 2005 tinha retornado de Portugal. De volta às aulas. Naquele primeiro semestre ministrei, para duas turmas da graduação, a disciplina antropologia das sociedades complexas e proferi quatro palestras: uma na UFPR, na qual fui comentador do documentário *Língua – Vidas em português*, do realizador Victor Lopes (nascido em Moçambique, de nacionalidade portuguesa e residência brasileira); outra palestra na Semana de Antropologia da UFPR e mais duas no Programa de Pós-graduação de História, na Unicamp. Nesse ano participei também como coordenador de uma mesa-redonda no 1º Congresso Latino-americano de Antropologia, acontecido na Universidade Nacional de Rosário, Argentina.

Ainda no primeiro semestre de 2005 fui nomeado vice-coordenador do PPGA. Isto significava que, em um futuro imediato, ou seja, dentro de dois anos, assumiria a coordenação do Programa.

Sempre considerei que a pesquisa, o trabalho de campo, a produção e a divulgação de novos conhecimentos são o combustível e, ao mesmo tempo, o motor que movimentam a vida acadêmica. Por isso, quando no final de 2005 o Centre d'études d'Afrique noire (CEAN) de Bordéus divulgou uma convocatória para seleção de pesquisadores estrangeiros, não duvidei em me candidatar. A convocatória era apoiada pelo Programme HERMES da Fondation Maison des sciences de l'homme (FMSH). Desde 2000, vinha indiretamente colaborando com o CEAN na condição de membro do corpo editorial da revista *Lusotopie*, cuja sede institucional estava, precisamente, em Bordeaux. Na altura, considerei que uma maneira de consolidar aquele vínculo, bem como aprofundar-me nas pesquisas que vinha realizando, seria apresentar o dossiê de candidatura. Meu projeto foi analisado e aprovado por uma comissão interna do CEAN. A seguir,

o Programme HERMES atribuiu-me, durante um período de sete meses, uma bolsa de pesquisador estrangeiro. Generosamente, o Departamento de Antropologia da UFPR aprovou meu pedido de afastamento (de dezembro de 2005 a julho de 2006). Esse afastamento possibilitou que eu consolidasse minha relação institucional com o CEAN e conhecesse a produção intelectual de vários dos pesquisadores daquele centro, especialistas na África contemporânea. Ao mesmo tempo, pude finalizar meu livro, mencionado no início do capítulo anterior, sobre os muçulmanos de Moçambique.

Ainda durante a minha estadia na França, viajei, em abril de 2006, para Lisboa, a fim de participar do Terceiro Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia. Nessa ocasião, reuni-me com Nina Clara Tiesler para organizarmos os próximos eventos da MEL-net (rede de pesquisa sobre Muçulmanos em Espaços Lusófonos). No final desse mesmo ano, coordenamos, em Angola, uma mesa sobre muçulmanos e dinâmicas identitárias, no contexto do IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Luanda. Foi a minha primeira e única viagem a Angola. Entretanto, em Bordéus conheci também Eric Morier-Genoud, especialista em história política e religiosa de Moçambique, atualmente professor no Departamento de História e Antropologia da Queen's University Belfast. Iniciei com Eric (que, como mencionei, é editor responsável da revista *Social Sciences and Mission*) um intercâmbio acadêmico que selou o início de pesquisas e publicações. Atualmente, trabalhamos em um projeto que aborda a trajetória do intelectual moçambicano Kamba Simango.

Depois dos meses na França, retornei ao Brasil no segundo semestre de 2006. Nesse período, ministrei, no curso de Ciências Sociais, a disciplina antropologia IV (antropologias contemporâneas) e voltei a ministrar, na pós-graduação, uma disciplina optativa sobre “etnicidade”. Foi naquele semestre que organizei o seminário acima mencionado: “Histórias Conectadas. Identidades, Pos-colonialidades e a construção da nação (África, Ásia e Caribe, séculos XIX e XX)”, junto aos colegas do grupo “Histórias Conectadas” do CNPq. Pouco tempo depois, publicamos o livro com os resultados do evento.

Em 2007 assumi, a partir do segundo semestre, a coordenação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. O período em que estive na vice-coordenação e na coordenação (entre 2005 e 2009) foi intenso. Foi um momento de expressiva expansão da pós-graduação no Brasil, e o conseguinte

aprimoramento dos sistemas de avaliação em nível nacional. Sem dúvidas, tratou-se de uma etapa de novos aprendizados e desafios, em um contexto no qual era imperioso pensar e agir coletivamente.

E por falar em coletivo, em 2007, junto a colegas provenientes do Brasil, Argentina e Estados Unidos, elaboramos o projeto *Rede Observatório-Sul. Um observatório sobre diversidade e conflito na Tríplice Fronteira*. Estas três cidades – Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazu – pertencentes a três diferentes países – Brasil, Paraguai e Argentina – convergem nesse espaço que, no decorrer dos últimos anos, passou a ser conhecido como Tríplice Fronteira. Entre 2004 e 2009, organizamos inúmeros eventos e encontros, tanto no Brasil como na Argentina, sobre a Tríplice Fronteira. O projeto se desenvolveu e recebeu um apoio financeiro do edital Prosul, do CNPq. Esse apoio foi complementado com a contraparte Argentina, gerida pelo Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – Conicet).

É claro que, para não abusar da paciência e da boa disposição dos leitores, não menciono neste Memorial todos os eventos nos quais participei, nem todas as palestras que ministrei (o “quantitativo” do Lattes me informa que foram 88 eventos). No entanto, gostaria de mencionar que, ainda naquele ano de 2007, fui convidado pelo historiador Almir Diniz de Carvalho Junior, da Universidade Federal do Amazonas, a participar em um evento intitulado Índios, Negros, mestiços e outras Construções. Na ocasião, e já que o objetivo do Simpósio era refletir sobre mestiçagens várias, apresentei um trabalho que intitulei, justamente, “Outras mestiçagens: indianos, chineses e árabes no imaginário lusotropicalista”. A exuberância da cidade de Manaus me impactou. Abundância de água e de verde, boa comida, calor quase anestesiante e a simpatia manauara. A antropologia nos permite, por momentos, unir o útil ao agradável. Obrigado, Almir!

Em início de 2008, minha atual companheira, Angela Lazagna, que é cientista política, realizava seu doutorado sanduíche em SciencePo/Bordeaux. No período das minhas férias na UFPR, portanto, retornei a Bordéus para visitá-la. Era minha segunda estadia na cidade. Mas os compromissos conjugais se complementaram imediatamente com atividades acadêmicas. Nessa época, a historiadora portuguesa Luísa Pinto Teixeira, a quem já me referi, dirigia o Instituto Camões de Estudos Portugueses da Universidade de Oxford. Ao saber

que eu estaria na França, convidou-me para ministrar uma palestra em Oxford. Era a primeira vez que visitava a Inglaterra. Em 12 de fevereiro daquele ano apresentei, para uma pequena, porém significativa, plateia uma conferência intitulada “The place of Muslims in the Portuguese colonial Narrative”, na atual sede do Centro de Estudos Africanos, ao lado do St. Antony’s College. Somente após a conferência é que tomei conhecimento de que o senhor que me espreitava a partir da minha direita era o grande historiador africanista Terence Ranger (1929-2015).

Finda a minha apresentação e já iniciado o debate, um dos colegas presentes, sem se autoapresentar, arremeteu com força e começou a me interpelar acerca das fontes que eu utilizara. Creio que o tom da discussão foi subindo. Em um dado momento, lancei, quase involuntariamente, a frase: “o colonialismo português não existe”. Obviamente, estava nervoso... no final das contas, estava em Oxford...! Naquele momento percebi um sorriso esboçado por Terence Ranger. Mais tarde, fui informado que o jovem colega que me interpelara era Abdulkarin Vakil, professor do Kings College de Londres, e filho do banqueiro e, na altura, presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, Abdul Karim Vakil.¹⁷ É possível que naquela ocasião eu me encontrasse – sem o saber – disputando um espaço de autoridade ou, como diria Bourdieu, “falando em nome de...”. Abudulkarin Vakil (filho) havia publicado alguns artigos sobre muçulmanos em Portugal. Eu já conhecia parte de seu trabalho. Mas, obviamente, no momento do debate, e devido ao fato de o colega não ter se apresentado, não tinha elementos para associar o “rosto” que me interpelava com o autor. Talvez, meu pecado tenha sido não citá-lo! *Mea culpa*.

No dia seguinte à minha conferência, reencontrei Eric Morier-Genoud que, nessa altura, era “research fellow” no Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford. Alguns meses antes, eu coordenara em Buenos Aires o GT “Missionários-etnógrafos e mediação intercultural”, na XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. Em Oxford, Eric – na qualidade de editor da revista *Social Sciences and Mission* – convidou-me para organizar um dossiê com alguns dos trabalhos apresentados no GT de Buenos Aires.

¹⁷ Abdul Karim Vakil foi presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa durante trinta e três anos, até julho de 2020.

Ainda em 2008, o CEAN se preparava para a comemoração dos 50 anos da sua existência. A comissão científica do evento, coordenada por Michel Cahen, elegeu Brasil e África do Sul como convidados de honra. Para tanto, o evento contaria com duas mesas redondas – sessões especiais – sobre ambos os países. Recebi o convite para fazer uma conferência na mesa sobre o Brasil. Foi a minha terceira visita ao sudoeste francês. Em setembro de 2008 apresentei, naquele evento comemorativo, uma reflexão sobre a trajetória dos estudos africanos no Brasil e sua relação com as políticas de “retorno à África” durante o governo Lula.

Entretanto, em Curitiba, eu já tinha encontrado um pedacinho de Moçambique. Acasos do destino? O certo é que a Associação Cultural Chinesa do Paraná, com sede em Curitiba, fora fundada por chineses (que ingressaram no Brasil como portugueses) oriundos de Moçambique. Trata-se de um segmento de “portugueses” emigrados após a independência de Moçambique, em 1975. São, aproximadamente, 900 pessoas. Meu primeiro contato com esses “lusos-chineses” aconteceu no final de 2005, quando ouvi, por acaso, uma conversa em uma barraquinha de comida de uma feira que acontece sazonalmente em uma praça do centro da cidade: “esse aí é africano, veio da Beira, Moçambique”. A maioria desses lusos-chineses se instalou em Curitiba; contudo, também existem famílias residentes em São Paulo, Lisboa e em outras cidades do Canadá, dos Estados Unidos e da Austrália.

Os lusos-chineses foram protagonistas centrais da modernidade colonial na Beira. Na segunda metade do século XIX, oriundos do sul da China, instalaram-se na Beira (cidade-porto do centro de Moçambique), formando ali suas associações, clubes esportivos e escolas. Entre as décadas de 1950 e 1960, constituíam uma comunidade dinâmica e ativa. Mesmo que atualmente se encontrem dispersos entre Brasil, Portugal, China, Canadá e Estados Unidos e Austrália, eles ainda integram uma “comunidade de memória”, uma espécie de “família de famílias”, com fortes laços emocionais com seu passado africano. Ao longo desses anos, venho reunindo, com a autorização dessas famílias, um acervo fotográfico, composto por mais de mil imagens já digitalizadas por mim, que corresponde à vida cotidiana (atividades esportivas, festas, viagens, eventos públicos) desses “chineses” em Moçambique, entre 1940 e 1960.

Em julho de 2009, após diversas entrevistas e conversas travadas em Curitiba com os “lusos-chineses” oriundos da Beira, realizei minha quinta viagem a Moçambique, desta vez com o objetivo de refazer o caminho inverso por eles percorrido há mais de quarenta e cinco anos. Permaneci por quase dois meses no centro do país, na província de Sofala. Atualmente, no mesmo edifício onde antes funcionava a Escola Chinesa da Beira, está a escola pública Agostinho Neto; já o velho prédio do Clube Chinês é hoje a sede regional do Arquivo do Patrimônio Cultural (Arpac). Mas, além da experiência de percorrer os lugares sobre os quais tanto ouvira falar em Curitiba, era necessário confirmar através de fontes da época um protagonismo que, nas narrativas da diáspora, parecia autoevidente.

Nos jornais que consultei no Arquivo Histórico de Moçambique, pude encontrar, ainda que sem a mesma nitidez, muitas daquelas imagens que me foram mostradas em Curitiba na sua forma original. Se em Moçambique essas fotografias não passavam de história depositada nos arquivos, elas integram no Brasil um universo de referências muito presente; e o que é mais importante: possuem uma vida social ao circularem e serem comentadas nas redes sociais dos lusos-chineses. Essas imagens constituem, pois, para a diáspora “beirense”, um lugar de memórias, ao qual é possível retornar uma vez ou outra. O fato de ao mesmo tempo pertencerem a um registro público – os jornais – e a um registro privado – os álbuns de família – torna-as testemunhas incontornáveis do protagonismo que estes “bons portugueses” tinham na modernidade colonial da Beira dos anos 1950 e 1960.

Comecei a divulgar alguns dos resultados dessa pesquisa em eventos e publicações científicas. Em 2008, recebi um convite do saudoso John Manuel Monteiro (Unicamp) para participar no GT que ele estava organizando junto a Ramon Sarró (na altura pesquisador do ICS, em Lisboa) no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia. O congresso aconteceu em Portugal, em setembro 2009, ou seja, algumas semanas após meu retorno de Moçambique. Na ocasião apresentei o trabalho “Do Índico ao Atlântico: os sino-moçambicanos no Brasil”.

Em outubro de 2009, findo o meu mandato como coordenador do Programa, o Departamento de Antropologia me concedeu um afastamento de um semestre. Enviei meu projeto sobre a “diáspora” luso-chinesa a Harry West

da School of Oriental and African Studies (SOAS), da Universidade de Londres, bem como a Mahmood Mamdani do Departamento de Antropologia da Universidade de Colúmbia. Ambos ficaram interessados. Harry West é o autor de uma das mais importantes etnografias contemporâneas sobre os maconde: *Kupilikula: Governance and the invisible realm in Mozambique*. De Mahmood Mamdani eu conhecia seu importante livro *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, publicado em 1996. Portanto, não foi uma decisão fácil escolher uma entre estas duas instituições onde realizaria meu novo pós-doutorado. Finalmente, optei por Colúmbia. Afinal, desta universidade, e graças ao internacionalismo de Franz Boas, saíra uma importante leva de “africanistas” e “brasilianistas” (Melville Herskovits, Charles Wagley, Ruth Landes, dentre outros). No entanto, agora, em Colúmbia, eram os antropólogos do “sul” os que davam o tom temático às novas preocupações: Partha Chatterjee (de origem indiana) e Cláudio Lomnitz (de origem mexicana), que conheci também em São Paulo, e o próprio Mahmood Mandani. A possibilidade de trabalhar com Mamdani resultava-me estimulante. Resignei a minha ida a Londres e optei por Nova York, onde igualmente identifiquei algumas famílias de luso-chineses.

Em setembro de 2009, pouco antes da minha ida a Nova York, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) organizou, com o apoio da Prefeitura de Guarulhos, o Seminário Internacional sobre Ensino de História da África e Estudos Africanos. Fui convidado para apresentar um trabalho, bem como para coordenar uma mesa redonda composta, dentre outros palestrantes, pelo historiador congolês Jacques Depelchin. O auditório era gigantesco. Havia muitos colegas, também jovens ativistas. Jacques Depelchin falou sobre a violência no Congo e em Angola, o problema dos refugiados e os desafios da democratização.

Considero que uma reflexão consistente acerca dos estudos sobre África realizados no Brasil deve se vincular necessariamente a uma avaliação das peripécias e das ambiguidades de nossas imaginações nacionais. Houve, nos últimos quinze anos, uma espécie de “virada africanista” (um “africanist turn”, da mesma maneira que outrora houve, nas ciências sociais, um “cultural turn”). A famosa Lei nº 11.645, de março de 2008, criou, sem dúvida, um quadro jurídico importante para essa promoção. Nesse contexto foram criados, com o impulso

do governo federal, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) nas Universidades Federais. Parece-me, no entanto, que esse movimento – para (re)“pensar” a África – tem criado uma série de ambiguidades, desafios e dilemas. Tentei, na minha intervenção no seminário de Guarulhos, problematizar esses dilemas. E creio que me saí bem.

Finalmente, em dezembro de 2009 viajei aos Estados Unidos, graças ao generoso apoio da Capes (Proc. BEX 1649/09-4) para realizar meu pós-doc. Na Universidade de Colúmbia comecei a redigir um ensaio sobre os chineses de Moçambique (publicado, mais tarde, em inglês). No inverno novaiorquino mergulhei também nos arquivos de Franz Boas, na Butler Library. Estava curioso para averiguar a relação entre aquele que fora o pai fundador da antropologia norte-americana e seu discípulo moçambicano Kamba Simango.

Kamba Simango foi um jovem, de origem Ndaou, que saiu de Moçambique (Beira) no início do século XX. Estudou, primeiro, com os missionários norte-americanos. Eram missionários congregacionalistas, de uma igreja fundada em Boston, conhecida como American Board (American Board of Commissioners for Foreign Missions é a nomeação completa). A American Board começou a fazer seus trabalhos na região de Manica e Sofala. Um dos jovens de origem Ndaou mais notável que os missionários conseguiram seduzir foi precisamente Simango. Antes de ele ter contato com Franz Boas, foi assistente e aluno de uma musicóloga e folclorista norte-americana, Natalie Curtis. Foi Natalie Curtis quem colocou Kamba e Franz Boas em contato. Nasceu, nesse momento, uma relação de trabalho entre ambos. Boas enxergava Kamba não como um simples assistente de pesquisa, mas como um futuro antropólogo nativo.

Devo dizer que comecei a me interessar por esse outro desdobramento entre missões e antropologia a partir da leitura de um pequeno artigo do nacionalista angolano Mario Pinto de Andrade. No seu artigo pioneiro, Andrade enxerga Simango como um protonacionalista. Faz, neste artigo, uma série de referências muito laterais à relação entre Kamba e Boas. Após ler o artigo fiquei me perguntando: até que ponto a relação deste jovem Ndaou com o pai da antropologia norte-americana foi uma relação importante? Minhas dúvidas foram desdobradas em Nova York. É claro que Boas intercambiava cartas e tinha contatos com praticamente todos os grandes antropólogos da época. Seria possível encontrar, nesse oceano de cartas, algo que fizesse referência a Kamba

Simango? Minha intuição foi bem sucedida. Consegui identificar uma sequência de intercâmbios epistolares entre ambos. Minha intenção era situar essa relação intelectual em um contexto antropológico mais amplo, ou seja, tentar pensar um pouco aquilo que Lyn Schumaker chama de “africanização da antropologia”, isto é, pensar no papel que tiveram aqueles africanos “anônimos” que foram assistentes de pesquisa, importantes ajudantes de grandes antropólogos, mas que, na história da antropologia, terminaram invisibilizados.

Talvez caiba, a esta altura do Memorial, uma advertência necessária. As decisões investigativas nas quais embarquei nos últimos anos nunca tiveram a intenção de me encaixar em algum tipo de camisa de força mais ou menos consagrada. Fui para Moçambique porque queria ser antropólogo, não “africanista” ou algo semelhante. Existem, dizem, os “americanistas”, os “melanesistas”, os “mediterraneístas” e, supostamente, os “africanistas”. Mas como assumir, sem escrúpulos, esse tipo de etiqueta quando estamos falando de um continente que engloba mais de 50 países e onde se falam mais de mil línguas?

CAPÍTULO 7 – 2010-2015: Destinos certos e incertos

Em 2011 publiquei *A Tríplice Fronteira. Espaços nacionais e dinâmicas locais*, junto a duas colegas argentinas (Silvia Montenegro e Verónica Gimenez Béliveau) pertencentes à equipe do projeto financiado pelo PRO-SUL-CNPq, mencionado nas páginas anteriores. Seu lançamento ocorreu em Curitiba, na IX Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), em julho de 2011. Em termos cronológicos é meu quarto livro.

No final de julho de 2010 terminei o estágio de pós-doutorado em Colúmbia. O período que permaneci em Nova York foi extremadamente frutífero. Conheci vários colegas e assisti a algumas palestras, dentre elas, uma de James Clifford (que gentilmente me assinou seu livro de entrevistas *On The Edges of Anthropology*). Ao longo daqueles meses consegui redigir um pequeno ensaio intitulado “Os bons portugueses do Atlético Chinês: esporte e fotografia no Moçambique tardo-colonial”. Apresentei uma parte deste trabalho em 2010, em Lisboa, no 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, em um Grupo de Trabalho intitulado justamente “O desporto nos países africanos: entre as práticas coloniais e os projetos de modernidade”. Neste GT conheci o antropólogo português Nuno Domingos – discípulo de Harry West e especialista em história do futebol em Moçambique. Em 2007, ele havia publicado, na versão portuguesa de *Le Monde Diplomatique*, uma elogiosa resenha do meu livro *Outros muçulmanos*. “Noblesse oblige”, aproveitei para lhe agradecer pessoalmente.

Nos meus planos acadêmicos, Marrocos era um destino incerto até que, em início de 2010, recebi um convite do Instituto de Estudos Hispano-Luso (IEHL) da Universidade Mohamed V, com sede em Rabat, através de Silvia Montenegro (pesquisadora associada do IEHL) e de Fatiha Benlabah, sua diretora. Entre os dias 8 e 12 de novembro de 2010, participei, como palestrante convidado, de dois encontros científicos naquela universidade. O primeiro desses eventos ocorreu em 8 de novembro, um dia após a minha chegada, no Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Inicialmente, eu iria ministrar um minicurso de dois dias aos alunos daquele Departamento. Em virtude dos cronogramas da própria universidade anfitriã – exames, cursos etc. – o minicurso acabou se transformando em uma aula expositiva ao longo de uma manhã. A temática debruçou-se sobre a obra

de Gilberto Freyre: “Orientalismos e asiatismos na obra de Gilberto Freyre: Brasil, África e ‘o mundo que o português criou”.

No dia da minha chegada ao Departamento de Estudos Portugueses fui recebido pelo diretor, doutor Abdesslam Okab, especialista em filologia espanhola, e pelo diretor, na altura, do Instituto Camões em Rabat, Jorge Manuel Garcia Fernandes. Ambos atuaram como moderadores e apresentadores da minha aula/conferência. A aula consistiu, na primeira parte, de uma apresentação da trajetória de Gilberto Freyre e da importância e atualidade do seu pensamento, seus paradoxos e contradições. Depois, discorri sobre os elementos “orientalistas” (e islamo-fílicos) presentes, sobretudo em *Casa Grande & Senzala*. A plateia era composta, na sua maioria, por jovens estudantes do Departamento de Estudos Portugueses da Universidade Mohamed V e alguns pós-graduandos. Devo confessar que me surpreendeu o grau de informação e conhecimento dos estudantes marroquinos em relação ao Brasil – alguns deles não esconderam sua admiração pelas novelas brasileiras – bem como o excelente português veiculado nas intervenções.

Na plateia encontrava-se também um doutorando em Línguas daquele Departamento que havia residido durante alguns anos no Brasil. Após minha palestra, fui convidado por este doutorando de origem berbere (*amazigh*), Lahcen El Moutaqui, para conhecer o Institut Royal de la Culture Amazighe, uma instituição de pesquisa que conta com o apoio do governo de Mohamed VI e tem como objetivo promover e divulgar a cultura amazigh. Esse apoio por parte do Estado, que é governado por uma monarquia parlamentar, tem como objetivo promover o equilíbrio regional no marco da “unidade da nação”. Essas políticas de “reconhecimento” cultural debruçam-se sobre um cenário político bastante sensível, sobretudo no que diz respeito às demandas por autonomia no Saara ocidental, oriundas da Frente Polisario (Frente Popular pela Libertação de Saguía-el-Hamra e Rio de Ouro). Minha estadia coincidiu com uma série de incidentes ocorridos nessa região que, a princípio, foram controlados pelas autoridades marroquinas, e que tiveram ampla cobertura na imprensa local e europeia. Durante a visita que realizei ao Institut Royal de la Culture Amazighe, conversei com o diretor de Relações Públicas, encarregado das políticas de tradução e documentação, doutor Ahmed Chaabihi. Esta conversa se estendeu fundamentalmente sobre as políticas de tradução implementadas pelo Instituto.

Os intelectuais amazighe têm optado, após longos debates, pelo alfabeto “líbico”. Trata-se dos caracteres que compõem a chamada escritura “tifinagh”. Importa recordar que as línguas oficiais do Marrocos são até hoje o francês e o árabe. Contudo, nos últimos anos, tem se incentivado uma crescente arabização em detrimento do francês. De qualquer forma, nas ruas, a linguagem cotidiana é o “dariha”, uma espécie de variante dialetal utilizada no Magreb. Durante a minha visita ao Instituto da Cultura Amazighe, também conversei com o antropólogo Mustapha Jlok. Nessa ocasião, a conversa se centrou nas políticas culturais do governo, orientadas, como mencionei, para uma espécie de “reconhecimento” da herança cultural amazigh. Ao longo dessa conversa ficou claro que o empenho dos antropólogos do Instituto acabou se concentrando no estudo da “cultura material”, a herança arquitetônica berbere e as pesquisas de arqueologia histórica. Retornei ao hotel com alguns livros editados pelo Instituto em árabe, francês, espanhol e inglês. Dois dias depois, Mustapha Jlok procurou-me no Instituto de Estudos Hispano-Lusófonos, onde participaria do evento subsequente, a fim de me entregar mais alguns livros editados pelo Instituto da Cultura Amazighe.

Durante o restante da minha estadia em Rabat, participei, entre os dias 11 e 12 de novembro, do colóquio “Repensar as Fronteiras. Culturas: continuidades e diferenças. África, Europa e América Latina”, organizado pelo Instituto de Estudos Hispano Lusófono (IEHL), da Universidade Mohamed V. O evento reuniu colegas – antropólogos, sociólogos, especialistas em literatura comparada e historiadores – dos três referidos continentes. A conferência de abertura foi pronunciada por João de Pina Cabral. No dia 11 de novembro ministrei a conferência “Fronteiras da imaginação lusotropicalista: Brasil, Portugal e África no ‘orientalismo’ de Gilberto Freyre”.

Em 12 de novembro, coordenei a sessão da tarde, intitulada “As fronteiras da América Latina”. Nesta sessão se apresentaram os seguintes colegas: Olga Odgers (México), cujo trabalho tratou da fronteira entre México e Estados Unidos; Leyla Bartet (Peru), que abordou a presença árabe no Peru; Abdelouahed Akmir (Marrocos), que discorreu sobre “terrorismo” e as fronteiras na América Latina após o 11 de Setembro; Silvia Montenegro (Argentina), que indagou sobre as missões cristãs contemporâneas e sobre a evangelização dos árabes na Tríplice Fronteira; Hassan Amrani Meizi (Marrocos), que analisou a

presença judia na literatura argentina, Yvon Guillon, documentarista francês, que apresentou um vídeo sobre a fronteira Tijuana/San Diego; e Verónica Gimenez Béliveau, socióloga argentina especialista em religião. Foram dois dias intensos de debate e confraternização. Os resultados do evento foram publicados em um livro coordenado por Fatiha Benlabbah, principal organizadora do evento e diretora do Instituto de Estudos Hispano-Lusófonos (IEHL) e Silvia Montenegro, co-organizadora do evento e pesquisadora colaboradora do IEHL.

Marrocos tem se revelado um terreno fértil e rico para as pesquisas antropológicas. Aos já conhecidos trabalhos de Ernest Gellner, Clifford Geertz, Vincent Crapanzano e Paul Rabinow, soma-se uma imensa literatura francesa e, sobretudo, uma crescente produção intelectual dos próprios cientistas sociais marroquinos. Há, por um lado, uma inevitável herança “francófona”, devido a questões históricas óbvias. Essa herança é matizada pela proximidade do orientalismo ibérico (e da própria Espanha) não isento de tensões e ambiguidades histórico-políticas. Mas, em especial, havia então um grande esforço da parte do mundo acadêmico marroquino para se aproximar da América Latina. Existe, por parte do IEHL de Marrocos, um grande interesse em construir novas redes de interlocutores e reflexões “sul-sul” no âmbito das ciências sociais. Mais tarde, buscando retribuir a hospitalidade recebida em Marrocos, convidei, em 2013, Fatiha Benlabbah e Silvia Montenegro para irem a Curitiba. Em 24 de maio daquele ano, elas lançaram, na UFPR, o livro por elas organizado *Muçulmanos no Brasil: comunidades, instituições e identidades*. Publicado simultaneamente em árabe, português e espanhol, o volume conta também com a colaboração de um capítulo escrito por um dos meus ex-orientandos, Jakson Marques, que desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre os muçulmanos de Curitiba.

O ano da minha viagem a Marrocos (2010) seria também marcado por um intenso trabalho coletivo: a organização, na cidade de Curitiba, da XI Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), que aconteceria em julho de 2011. Nessa ocasião, integrei o Comitê Acadêmico do evento, envolvendo-me arduamente, junto aos outros colegas do Departamento de Antropologia da UFPR, na sua organização. A julgar pelos comentários positivos que recebemos de alguns colegas participantes, a RAM de Curitiba foi um sucesso.

Duas semanas após minha viagem a Marrocos, participei, entre 24 e 26 de novembro de 2010, de um Seminário Internacional intitulado “África em Movimento”, organizado por Andréa Lobo e Juliana Braz Dias, colegas do Departamento de Antropologia da UnB. Esse evento selou o início de um diálogo profícuo com a produção intelectual sobre África desenvolvida pelos colegas da UnB. Graças a Wilson Trajano Filho, especialista na costa da Guiné e no mundo “Kriol”, pude conhecer, pois, os trabalhos sobre Cabo Verde, realizados por Andréa e Juliana. Mais tarde, em maio de 2012, integrei, em Brasília, duas bancas de defesa de dissertações de mestrado desenvolvidas no Departamento de Antropologia da UnB, cujas pesquisas resultavam de trabalhos de campo realizados em Moçambique. Ainda nesse mesmo ano, Trajano convidou-me para participar do Seminário “Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos”, no qual apresentei um trabalho sobre o já mencionado “diálogo etnográfico” entre Franz Boas e Kamba Simango.

Além de participar de outras bancas de qualificação e defesa de mestrados e doutorados, cujos trabalhos abordavam temas “africanos”, fui convidado, em duas oportunidades, para integrar comissões julgadoras de concursos públicos para o Magistério Superior na área de História da África (um na Universidade Federal da Bahia e outro na Universidade Federal do Paraná).

A Fundação Calouste Gulbenkian foi generosa comigo em duas oportunidades: uma, como já mencionei, em 2005, outra em 2011. Entre 15 de novembro de 2011 e 15 de março de 2012, graças a uma bolsa que me outorgou esta instituição, fui pesquisador visitante no Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CesA), da Universidade de Lisboa. Nessa ocasião, além de consolidar um diálogo já iniciado alguns anos antes com Joana Pereira Leite e outros colegas do Centro, pude avançar na minha pesquisa sobre os “luso-chineses” de Moçambique. Durante os meses em Lisboa – e vivendo no saudoso bairro da Madragoa – pude também terminar de escrever *O dilema multicultural*, meu terceiro livro.

Os meses que passei em Portugal permitiram-me, ademais, finalizar a redação de dois artigos sobre os “luso-chineses”; um deles foi publicado no Brasil e o outro, na Inglaterra: 1. “Os Chineses da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão”, e 2. “From Mozambique to Brazil: The ‘Good Portuguese’ of the Chinese Athletic Club”. Ainda em Lisboa, pude conversar em diversas ocasiões

com o antropólogo e ex-funcionário dos Serviços da Administração Civil de Moçambique, António Rita-Ferreira.

Nascido em 1922, e falecido em 2014, António Rita-Ferreira viveu durante mais de cinquenta anos em Moçambique, onde atuou como administrador colonial. Conhecido por sua vasta obra no campo da etno-história e da antropologia de Moçambique, sua figura ainda representa as trajetórias ambíguas e reveladoras dos paradoxos do colonialismo português na África. Em razão da sua longa experiência como administrador colonial (inicialmente, como chefe de posto em várias localidades e, depois, como administrador de circunscrição), António Rita-Ferreira tornou-se um conhecedor do “Moçambique profundo”. Trabalhou em Mongicual, Barué, Marromeu, Quelimane, Ressano Garcia (na fronteira com a África do Sul), Lioma, Lourenço Marques (Maputo), Macanga, Homoíne, Beira etc.

Sua aproximação com a antropologia se deu de maneira difusa. Quando, em sua casa de Bicesse, indaguei-lhe sobre essa questão em particular, respondeu-me com autoironia: “eu sou um self-made-scholar...”. Seu currículo “oficial” – que já havia consultado antes de nos encontrarmos – diz que frequentou “Estudos Bantos” na Universidade de Pretória, na África do Sul. Depois da Independência de Moçambique, em 1975, Rita-Ferreira continuaria morando por mais dois anos no país. Atendendo a uma solicitação de Fernando Ganhão, reitor da recém-criada Universidade Eduardo Mondlane, ministraria a disciplina história pré-colonial de Moçambique. Mais tarde seria “expulso” pelos próprios alunos desta universidade, em virtude de não seguir os alinhamentos “marxista-leninistas” que, na altura, impregnavam aquele momento de mudanças.

Ao longo de sua vida acadêmica, e paralelamente à sua atuação como funcionário do Estado colonial, António Rita-Ferreira dialogaria com inúmeros antropólogos, cujos terrenos de pesquisa se situavam em Moçambique e na África do Sul. Foi amigo de Jorge Dias e Luis Polanah e também bastante próximo de David J. Webster, antropólogo sul-africano especialista nos *chopes* da região de Inhambane. Webster acabaria abandonando a antropologia para se tornar um militante antiapartheid (seria assassinado, em 1989, aos 44 anos de

idade, pelas forças parapoliciais do regime)¹⁸. António Rita-Ferreira foi também amigo de Henri-Phillipe Junod (filho do etnógrafo e missionário Henri-Alexandre Junod). E, sobretudo, Rita-Ferreira se tornaria um “inimigo” intelectual de Marvin Harris. Para os antropólogos que trabalham com Moçambique, a relação entre Rita-Ferreira e Marvin Harris é conhecida em virtude, sobretudo, do debate que ambos mantiveram sobre o trabalho migrante dos “indígenas” de Moçambique nas minas sul-africanas. O fundador do “materialismo cultural”, Harris, conheceu Rita-Ferreira por volta de 1955. Na altura, Marvin Harris, desde Nova York, desejava saber qual era o melhor local para se realizar uma pesquisa de campo em Moçambique. O que se iniciou com uma troca intelectual amistosa entre colegas converter-se-ia, mais tarde, em uma das disputas acadêmicas e políticas mais marcantes da história da antropologia em Moçambique.

Visitei António Rita-Ferreira em sua casa de Bicesse, nos arredores de Lisboa, durante praticamente uma semana. A rotina era sempre a mesma. Chegava entre as 10 e 11 horas da manhã. Ao meio-dia, me dirigia a uma “casa de frangos”, onde, a pedido de Rita-Ferreira, comprava frango assado “com bastante piri-piri” (seguindo o hábito moçambicano) e umas garrafas de cerveja. Do meio-dia ao anoitecer, quando retornava ao meu apartamento, Rita-Ferreira falava praticamente sem parar. Sua energia não parecia combinar com a figura de um ancião de 90 anos. Saltava, ao longo das horas, de um assunto para outro sem que eu pudesse perguntar (ou sem que ele me ouvisse): falava sobre as cartas intercambiadas por Eduardo Mondlane e sua esposa, Janet, que, já viúva, deixara guardada em sua casa; sobre sua conversa com Aquino de Bragança, na Sociedade de Geografia de Lisboa; sobre o dia em que os policiais da Frelimo encarceraram seu filho; sobre a fragmentação gradual – até o desaparecimento – da sua biblioteca; sobre o contexto a respeito do qual escreveu um dos seus mais importantes livros, *Os africanos de Lourenço Marques*; sobre o seu encontro com Samora Machel; sobre suas críticas ao salazarismo e sua admiração por Jorge Dias; sobre seu amigo Luis Polanah; sobre sua “briga” com Marvin Harris; sobre a grave doença que acometeu um dos seus filhos (já

¹⁸ Graças aos esforços de João de Pina-Cabral e Omar Ribeiro Thomaz, a etnografia de David J. Webster foi traduzida para o português, em uma edição da Imprensa de Ciências Sociais (ISC), Lisboa, 2009, sob o título *A Sociedade Chope. Indivíduo e aliança no Sul de Moçambique, 1969-1976*.

falecido); sobre o dia em que decidiu abandonar Moçambique; sobre a perseguição, em Moçambique, aos Testemunhas de Jeová; sobre a sua paixão pela música chope; sobre o triste desfecho da antropóloga Martha Binford...

Desde o início considerei que, se essas conversas fossem gravadas, a “magia etnográfica” certamente não seria a mesma. Por isso, de todos esses dias de conversa, guardo apenas duas ou três horas de gravação. Possivelmente por saber que ele próprio é parte de uma história complexa e dolorosa (e que tem a ver com o drama da colonização e da descolonização), António Rita-Ferreira me cedeu, com imensa generosidade, algumas de suas cartas para que eu pudesse fotocopiá-las. Assim o fiz, devolvendo-lhe, devidamente, os originais. Seus intercâmbios epistolares com Jorge Dias, David Webster, Henri-Philippe Junod e Marvin Harris constituem um material sobre o qual ainda continuo trabalhando.

Ainda em Lisboa recebi, em primeiro de fevereiro de 2012, a notícia sobre a aprovação da minha bolsa de produtividade em pesquisa pelo CNPq. Retornei ao Brasil no final de março daquele ano. Ministrei, no primeiro semestre, a disciplina antropologia e práticas etnográficas para os alunos do terceiro período do curso de Ciências Sociais. No segundo semestre, ministrei, na pós-graduação, a disciplina seminários de pesquisa, e na graduação, uma disciplina optativa, antropologia da política.

Nesse ínterim, recebi um convite de John Karam, antropólogo e professor da DePaul University, em Chicago, para participar do XI Congresso da Brazilian Studies Association (BRASA), em Champaign-Urbana, Illinois, Estados Unidos. Em Illinois conheci também o historiador especialista em “relações raciais” no Brasil, Jerry Dávila. O congresso ocorreu entre 6 e 9 de setembro de 2012. Na ocasião, apresentei um trabalho, baseado em fontes inéditas consultadas em Portugal, sobre a viagem que o “brasilianista” Charles Wagley realizou, em 1960, ao longo de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Este ensaio foi mais tarde publicado em inglês, na revista canadense *Portuguese Studies Review* (“A Brazilianist in Portuguese Africa: Charles Wagley’s Trip from Mozambique to Guinea-Bissau”, v. 26, Issue 1, 2018).

Entretanto, o diálogo com os colegas dos “estudos africanos” em Brasília continuou se intensificando. Em outubro de 2012, um mês após o congresso da BRASA, participei, a convite de Juliana Bras Dias (UnB), do encontro anual da

Anpocs como palestrante na mesa redonda intitulada “Perspectivas comparativas nos estudos africanos”, junto a Wilson Trajano Filho (UnB) e Luis Nicolau Parés (UFBA).

Em 2013, Michel Cahen, que passava um ano sabático no contexto das “Cátedras francesas” da USP, me convidou para dois eventos: 1. um "Ateliê internacional”, ocorrido na Universidade de São Paulo e intitulado “Anticolonial, pós-colonial, decolonial: e depois?” (17, 18 e 19 de setembro de 2013); 2. no mês seguinte, no colóquio “Problemas historiográficos da África colonial portuguesa e da África pós-colonial de língua oficial portuguesa”, CEA/USP (10 e 11 de outubro de 2013).

No ano seguinte, 2014, participei de dois eventos internacionais: 1. um colóquio na Faculdade de Letras de Universidade de Porto, “Da evangelização da África à África evangelizadora: Mediações missionárias em África e a partir de África”, no qual apresentei alguns desdobramentos do meu trabalho sobre a trajetória de Kamba Simango e sua relação com os missionários norte-americanos. A minha participação nesse evento foi também na qualidade de membro da comissão científica; 2. um evento sobre “fronteiras”, na Universidade de Buenos Aires.

Dentre as atividades desenvolvidas nesse quinquênio, gostaria de mencionar ainda a publicação naquele ano de 2014 – junto com Cristina Pompa (Unifesp) – de um dossiê sobre “Etnicidade e religião” para a revista *Vibrant (Virtual Brazilian Anthropology)*. Este dossiê teve como objetivo reunir trabalhos sobre os novos desafios dessa interface (Etnicidade-Religião), em um contexto de crescentes usos políticos em torno da “cultura”. A ideia do dossiê era trazer densidade empírica para um problema teórico e político, que diz respeito sobretudo ao fato de que a ideia de cultura vinha se tornando um instrumento de autoafirmação identitária (um “essencialismo estratégico”), bem como uma linguagem jurídica de atribuição de direitos. Esse impasse tem a ver também com o diálogo que a antropologia começou a tecer com diversos atores: movimentos sociais, porta-vozes da nação, militantes, funcionários do Estado. Tratou-se, portanto, de um dossiê que reunia contribuições para ajudar a pensar essa “virada reflexivista”.

Talvez não seja um acaso o fato de ter iniciado este Memorial com uma passagem dos diários de Alfred Métraux. Mas, desta vez, gostaria de evocar não

a figura do “etnólogo” que percorria entediado as ruas da cidade onde nasci, mas o Métraux das “relações raciais”. Interessei-me igualmente pelas derivas lusotropicalistas de Métraux. Graças aos trabalhos pioneiros de Marcos Chor Maio e Verena Stolcke, conhecemos a importância da atuação de Métraux no projeto Unesco sobre relações raciais no Brasil. Sabemos também que se não fosse pelo pedido de Métraux, Claude Lévi-Strauss jamais teria escrito seu ensaio “Raça e História”. Em 2014 publiquei um artigo no qual procuro trazer algumas fontes novas: seu intercâmbio epistolar com Pierre Verger; seus diálogos com Florestan Fernandes e Thales de Azevedo (evocados no seu diário *Itinéraires*, infelizmente ainda não traduzido para o português); e, finalmente, uma pequena troca de cartas com Gilberto Freyre, reproduzida em um jornal de Pernambuco. Justamente, em junho de 2014, a revista *Etnográfica* (vinculada ao Centro em Rede de Investigação em Antropologia, CRIA, em Portugal) publicou aquele meu artigo, intitulado “Alfred Métraux: antropologia aplicada e lusotropicalismo”.

CAPÍTULO 8 – 2015-2020: Um livro em árabe e outros convites

No intervalo deste lustro publiquei (em 2017) meu sexto e penúltimo livro, em Marrocos: معضلة التعدد الثقافي. Trata-se da tradução para o árabe de *O dilema multicultural*. A publicação é resultado da minha breve, porém frutífera, passagem por aquele país mencionada no capítulo anterior. Há supostamente um discurso orientalista que romantiza e celebra a hospitalidade árabe. No meu caso, a hospitalidade que recebi em Rabat foi um fato empírico irrefutável, e não o resultado de uma simples invenção orientalista.

Apesar de tudo, em nome do Islã, se cometem também atos de violência. O ano de 2015 se iniciou, lembremos, com mais um ataque na Europa. Em 7 de fevereiro, em Paris, dois indivíduos vestidos de preto e armados com fuzis ingressaram na sede do semanário satírico Charlie Hebdo. Doze membros da redação foram mortos e cinco feridos gravemente. Em novembro daquele ano, mais uma sequência de atentados nas ruas de Paris. O mais sangrento foi no teatro Bataclan, onde várias pessoas do público foram assassinadas enquanto assistiam ao show de uma banda de rock. Por que o Islã se autoapresenta também com este rosto? Em 2020 tive que responder a esta pergunta quando colegas do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), em Maputo, me convidaram para ministrar uma conferência sobre os ataques terroristas na região de Cabo Delgado, província do norte de Moçambique.

O ano de 2015 se iniciou com novos convites oriundos dos colegas da UnB. A hospitalidade não é só marroquina! Em 30 de setembro, Daniel Simeão, na altura chefe do Departamento de Antropologia da UnB, e José Pimenta me convidaram para fazer uma palestra no ciclo dos “Seminários do DEAN”. Intitulei minha conferência “Uma construção colonial da simpatia? A propósito do problema das afinidades eletivas”. A intervenção visou salientar alguns desdobramentos interpretativos sobre meu trabalho com os “lusos-chineses” da Beira. Em 2009 já tinha verificado, consultando em Moçambique fontes do período trado-colonial, o protagonismo dos lusos-chineses na vida associativa e esportiva de Beira, capital da província de Sofala. Os jornais da Beira os retratavam como “bons portugueses”. No entanto, o que mais me chamou a atenção foi a frequência com que o adjetivo “simpáticos” era veiculado na mídia colonial ao se referir àqueles chineses. Quais são as implicações deste atributo

de simpatia? Em uma época na qual vigoravam em Moçambique as mais variadas formas de violência (trabalho forçado, palmatória, trabalho correcional) exercidas sobre os africanos, os “luso-chineses”, em troca, eram tidos como bons cidadãos.

Na minha conferência de Brasília, parti da ideia de que aquelas narrativas jornalísticas autorizam a pensar na elaboração de uma peculiar “política colonial dos sentimentos”. Ao mesmo tempo, através daquelas fontes era possível identificar uma espécie de “afinidade eletiva” que fazia com que os luso-chineses da Beira constituíssem uma etnicidade inofensiva aos olhos da empreitada tardo-colonial. Isto não significa que as dinâmicas políticas desse período – caracterizadas, sobretudo a partir de 1962, por uma crescente militarização do Estado colonial – não devam ser analisadas sob a materialidade das operações militares ou da violência armada. O trabalho do historiador moçambicano – e agora escritor – João Paulo Borges Coelho nos chama a atenção para esse aparente paradoxo. Quando ele analisa a passagem de uma “violência colonial ordenada” a uma “ordem pós-colonial violenta”, é possível verificar que, naquele período, as chamadas operações de ação psicossocial (implementadas pelos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações) foram tão importantes como as próprias mobilizações militares. Aqui, portanto, o elemento emocional e psicológico, longe de constituir uma simples superestrutura ou algo semelhante, assume, à sua maneira, uma materialidade sobre a qual se buscava construir o consenso e a governabilidade colonial. Por isso, para além de uma razão instrumental veiculada pelas referidas operações “psicossociais”, também operava uma razão simbólica e, neste caso, uma dimensão na qual a crença nos atributos positivos dos potenciais aliados (os chineses) tinha um papel central¹⁹.

Também a hospitalidade da Unicamp me ajudou a divulgar parte de meu trabalho. Em 2015 fui convidado pela historiadora Silvia Hunold Lara para participar no “Seminário Internacional Cultura, Política e Trabalho na África Meridional”, organizado pelo Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult) daquela universidade. Na ocasião, apresentei o trabalho: “A migração de trabalhadores moçambicanos à África do Sul: os bastidores da controvérsia entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira”. Lembremos que, quando chegou

¹⁹ O Departamento de Antropologia da UnB disponibilizou a filmagem na internet da minha conferência no formato Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=1jYqSjCSH_U

em Moçambique em 1956, o jovem antropólogo Marvin Harris (1927-2001) já era um pesquisador experiente: havia desenvolvido pesquisas no Brasil sobre “relações raciais”, no contexto do projeto *Columbia University/Estado da Bahia*.

Na minha comunicação, aproveitei para apresentar novos elementos sobre as vicissitudes da passagem de Harris por Moçambique, sobretudo a partir dos dados que obtive na longa entrevista que realizei com António Rita-Ferreira, em Portugal. Justamente, em Moçambique e desde o início da sua estadia, Harris contou com a colaboração de António Rita-Ferreira, antropólogo e funcionário colonial. Como mencionei no capítulo anterior deste Memorial, Marvin Harris estabeleceu, primeiro, uma relação cordial com Rita-Ferreira e, posteriormente, uma dura disputa intelectual sobre a questão do movimento migratório de trabalhadores Thonga entre Moçambique e África. O objetivo da minha apresentação foi situar as coordenadas políticas e teóricas dessas disputas. Para tanto, utilizei um *corpus* documental muito específico: o intercâmbio epistolar inédito entre António Rita-Ferreira e Marvin Harris. Essas cartas pertencem ao acervo pessoal de Rita-Ferreira, falecido em abril de 2014. A já referida conversa, de vários dias, que travei com Rita-Ferreira, na sua casa em Bicesse, subúrbio de Lisboa (entre fevereiro e março de 2012), foi fundamental. Durante a entrevista, o administrador e antropólogo português mencionou várias vezes a passagem de Marvin Harris por Moçambique, relatando algumas impressões da relação entre ambos.

Meu texto sobre o debate entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira foi depois publicado na revista *Africana Studia* (vol. 25, 2015), do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Porto. Ainda em 2015 publiquei outros dois artigos, dessa vez em periódicos brasileiros: “Etnografia e violência no país do apartheid: dois relatos sobre África do Sul” (*História. Questões & Debates*, vol. 62) e o artigo “Antropólogos na África portuguesa: história de uma missão secreta” (*Revista África*, do Centro de Estudos Africanos da USP, vol. 35). Naquele mesmo ano redigi uma resenha crítica, em inglês, sobre o livro de Leon P. Spencer, *Toward an African Church in Mozambique. Kamba Simango and the Protestant Community in Manica and Sofala, 1892-1945*, publicada no periódico *Social Sciences and Missions* (vol. 28).

Em 2016 publiquei um artigo na revista *Vibrant (Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 13), intitulado “The birth of cultural materialism? A debate

between Marvin Harris and António Rita-Ferreira”. No ano de 2016 fui convidado novamente por Fatiha Benlabbah, do já mencionado Instituto de Estudos Hispano-Lusófonos da Universidade Mohamed V (Rabat), para organizar um dossiê temático sobre multiculturalismo na revista de ciências sociais marroquina *Al-Irfan*.

O multiculturalismo e seus desafios foram o foco de análise do dossiê na revista *Al-Irfan*. O objetivo foi mostrar que aquilo que outorga perenidade e continuidade ao debate multicultural é justamente o fato de que os terrenos empíricos a ele vinculados se encontram sempre em mutação. Por isso, o multiculturalismo é, iniludivelmente, um substantivo plural. Os artigos do dossiê exploravam as formas que o multiculturalismo assumiu nos mais diversos contextos nacionais. Colaboraram nele Peter Wade (Inglaterra), Claudio Lomnitz (Estados Unidos), Amir Ali (Índia), Martín Agudelo Ramírez (Colômbia), Márcio de Oliveira (Brasil), Michaela Pelican (Alemanha), Hector Guerra Hernandez (Brasil), Jean-Philippe Belleau, (Estados Unidos), Marina de Regt (Holanda), Ivan Abarca Torres (México). Obviamente, os dez artigos apresentados naquele dossiê não esgotaram as inúmeras questões que o multiculturalismo coloca. No entanto, no seu conjunto, os trabalhos representam uma amostra de alguns dos principais tópicos da problemática.

No início de 2016 assumi, pela segunda vez, a coordenação do Programa de Pós-graduação em Antropologia. Meu mandato se estendeu até fevereiro de 2018. Dez anos antes eu tinha assumido esse mesmo cargo em um contexto, talvez, mais complexo, devido à crescente rearticulação e ao aprimoramento das políticas de avaliação. Agora, o Programa estava mais maduro em termos coletivos, e mais ciente da importância das políticas de avaliação promovidas pela Capes. Os compromissos institucionais e de gestão não me impediram de continuar realizando uma série de atividades acadêmicas e de pesquisa.

Ainda em 2016 recebi um convite de Regiane Augusto de Mattos, historiadora da PUC-Rio, para ministrar a conferência de encerramento da II Semana da África: encontros com Moçambique. “Pensar Moçambique, repensar as ciências sociais” foi o título da minha palestra, proferida em 23 de março.

Em início de abril de 2016 participei, convidado por Ricardo Ventura Santos, no Workshop “Racial Conceptions in the Twentieth-Century: Comparisons, Connections and Circulations in the Portuguese-Speaking Global

South”. O evento, organizado por Warwick Anderson (Austrália), Ricardo Roque (Portugal) e pelo próprio Ricardo Ventura Santos (Brasil), aconteceu no Rio de Janeiro. Os resultados do encontro foram publicados em 2019, em um volume intitulado *Luso-tropicalism and Its Discontents: the Making and Unmaking of Racial Exceptionalism in the Portuguese-speaking World* (New York: Berghahn Books). No final do evento, um repórter do jornal *O Globo* me telefonou para o hotel onde estava hospedado – e onde se realizava o Workshop – para me solicitar uma entrevista. Tratou-se de uma breve conversa para um espaço de divulgação científica (intitulado “Conte algo que não sei”) daquele jornal²⁰.

Na qualidade de coordenador do Programa tive que tratar da organização da nossa aula inaugural. Em decisão colegiada, foi estabelecido que a ministrante seria a professora Lia Zanotta Machado, do Departamento de Antropologia da UnB, especialista em antropologia do gênero, violência contra a mulher, saúde e direitos reprodutivos. A profa. Lia chegou a Curitiba em 14 de abril de 2016. Na qualidade de anfitrião fui buscá-la no aeroporto com um carro da universidade. Antes da conferência almoçamos juntos. À noite, um jantar de confraternização reuniu alguns colegas do Programa. Foram encontros amenos e que tiveram seus desdobramentos institucionais, pois, poucos dias depois, Lia Zanotta me convidou para fazer parte da nova diretoria da Associação Brasileira de Antropologia, da qual ela se tornara presidente, entre 2017 e 2018.

A Espanha é um país que visitei em algumas ocasiões, a maioria das vezes como turista. No entanto, em 23 de junho de 2016 retornei lá, desta vez para participar, na Universidade de Salamanca, do 8º Congresso Internacional Ceisal (Conselho Europeu de Investigações Sociais na América Latina). Na ocasião apresentei um trabalho intitulado “Os cantoneses de Moçambique no Brasil: cidadanias flexíveis e memórias de uma dispersão”. A comunicação visava divulgar uma parte da minha pesquisa realizada como bolsista de produtividade do CNPq sobre os “lusos-chineses”.

Ainda naquele ano ministrei, no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, uma palestra intitulada “Modernismo, pan-africanismo e 'novas sensibilidades' etnográficas: a propósito do diálogo entre Franz Boas e Kamba Simango”. O evento foi

²⁰ <https://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/lorenzo-macagno-antropologo-ciencia-dialogo-19128824>

promovido pela profa. Olivia Cunha. No dia seguinte, complementei minha estadia no Rio com outra atividade acadêmica, desta vez na UERJ, onde participei em uma banca de doutorado de um candidato moçambicano. Tratava-se de uma tese defendida na pós-graduação em educação, de autoria de Octávio José Zimbico, intitulada “Morre a tribo e nasce a nação? Política, administração e história do ensino primário em Moçambique”.

O ano de 2017 foi desafiador em termos de compromissos coletivos. Em 17 de janeiro viajei para Brasília para participar no rito de tomada de posse – como diretor regional – da nova Diretoria da ABA. Retornei a Curitiba no dia 19, nas vésperas da assunção de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos. A “Era Obama” ficava para trás. Um novo ciclo começava, no Brasil e no mundo.

Os dois anos (2017-2018) em que permaneci na diretoria da ABA foram de grande aprendizado. Nesse período, a antropologia brasileira atravessava novos desafios oriundos da incerta situação política que atravessava o país. Em 2017 assistimos a um desfecho particularmente preocupante. Refiro-me, concretamente, ao indiciamento de 21 antropólogos e antropólogas por parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Estes colegas estavam sendo acusados de improbidade administrativa devido a um suposto mau desempenho na elaboração de laudos antropológicos para a demarcação de territórios indígenas e quilombolas. Esse bojo de acusações veiculava, ademais, uma cosmologia da suspeita sobre supostas irregularidades que teriam envolvido a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a própria ABA. As acusações não se limitavam aos antropólogos; também integravam a lista de acusados missionários, servidores públicos e outros profissionais.

Era publicamente sabido, ademais, que os deputados que, em agosto de 2016, criaram esta CPI (que veio a ser conhecida como CPI – Funai e Incra 2) representavam os interesses da Frente Agropecuária Parlamentar. Todo esse processo teve um impacto público e foi abordado e discutido nos mais diversos âmbitos, incluindo as chamadas redes sociais. Por motivos óbvios, a ABA se viu obrigada a intervir publicamente. No meu caso, mesmo não trabalhando diretamente com questões indígenas, ou comunidades quilombolas, mas na

qualidade de diretor regional, tive a obrigação de permanecer alerta diante daquela situação inédita.

Em início de 2017 realizei também uma pesquisa de campo entre os imigrantes luso-chineses (oriundos de Moçambique) instalados em São Paulo, como parte de um projeto apoiado pelo CNPq, Edital Universal.

Ainda dentro deste quinquênio, gostaria de mencionar meus diálogos com Shu Changsheng, professor do Departamento de Línguas Orientais da USP. Em 2017, Shu me convidou para participar no 2º encontro de “Migração chinesa no Brasil: mobilidade e identidade”, acontecido na USP. Shu se mostrou sempre elogioso e curioso em relação à minha pesquisa sobre os chineses de Moçambique. Posteriormente, em 2018, ele me convidou para um novo encontro, no qual compareceram, também, vários pesquisadores da China continental: International Conference for the Study of Chinese Immigration to Brazil Local Contexts and Global Perspectives (巴西华人移民研究国际研讨会: 地域特征和 球视角. Na altura em que realizava minha pesquisa junto aos chineses “moçambicanos” de São Paulo, reuni-me com Shu na USP. Ele me mostrou as instalações do Departamento de Línguas Orientais e conversamos sobre projetos. Mais tarde, considerei um gesto de reconhecimento seu convite para que eu ocupasse a suplência da banca no seu concurso de Livre Docência. Se não fosse pela distância geográfica e pela intensidade dos respectivos compromissos, tenho certeza de que nossa incipiente amizade teria se fortalecido.

Em 5 de junho de 2017 viajei para Bogotá, Colômbia, para participar no congresso da Associação Latino-americana de Antropologia. Conhecia pouco o universo antropológico colombiano. Contextos diferentes, desafios idênticos. Assisti às conferências da antropóloga colombiana Miriam Jimeno, da peruana Marisol de la Cadena, e do mexicano Luis Reygadas, dentre outras. Conheci Eduardo Restrepo, então presidente de Associação Colombiana de Antropologia, e – na qualidade de membro da diretoria da ABA – participei de reuniões e na assembleia geral, onde os colegas da ABA me fizeram ler, em espanhol, um comunicado sobre a situação da antropologia no Brasil. No meio das intensas atividades, consegui um tempo para conhecer o Museu do Ouro, no centro de Bogotá, além do magnífico Museu Botero, em homenagem ao

artista plástico colombiano, e o Centro Cultural Gabriel Garcia Marquez, no centro histórico da cidade.

Mais viagens, mais eventos. Convidado pelo historiador Michel Cahen, me desloquei, em 28 de junho de 2017, para a cidade de Aracaju, onde participei do Congresso da Lusophone Studies Association. Em outubro foi a vez do encontro da Anpocs, em Caxambu. Novas reuniões institucionais: do Conselho Diretor da ABA e, na minha qualidade de coordenador do Programa, reuniões do fórum de coordenadores. Em dezembro participei também da Reunião de Antropologia do Mercosul, em Posadas (Argentina). E o ano de 2017 passou. Mas deixou, até hoje, marcas perduráveis. Momento de mudanças decisivas. É quase inevitável não parafrasear, aqui, o título do filme de Ingmar Bergman: terá sido aquele o ano em que se gestou o “Ovo da serpente”?

Em 6 de abril de 2018 foi decretada a prisão do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. No dia seguinte, depois de discursar para seus apoiadores na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, Lula se entregou à polícia. Expectativas e incertezas políticas. Uma nova subjetividade coletiva estaria se formando? O que acontecerá com os órgãos de fomento à pesquisa? O que acontecerá com as centenas de jovens doutores recém-saídos das universidades?

Após finalizar o meu mandato como coordenador do Programa, o Departamento de Antropologia da UFPR me concedeu, entre o segundo semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019, uma licença sabática. Procurei planejar aquele afastamento para esse novo pós-doc com bastante antecedência. O CNPq indeferiu minha solicitação em duas ocasiões: uma para trabalhar sob a supervisão de Jeanne Penvenne na Tufts University, em Massachusetts; outra para pesquisar junto a Eric Morier-Genoud na Queen’s University, em Belfast – ambos especialistas em Moçambique. Terceira tentativa: a Capes também indeferiu meu pedido, desta vez para a Universidade de Lisboa. Ironias dos novos tempos, sendo bolsista de produtividade em pesquisa e me encontrando no ápice da minha produção intelectual, tive que elaborar não um “plano B”, mas um “plano D”! É possível que esta tenha sido também a situação de muitos outros colegas, nas mais diferentes áreas. Não estamos, pois, diante de um simples fato individual. No entanto, e até onde eu sei, não temos

conseguido, por ora, plasmar uma resposta coletiva em face do desmonte²¹. Contudo, sem apoio financeiro, o plano “D” resultou bom. Passei, primeiro, umas breves semanas em Buenos Aires, onde fiquei lendo e escrevendo. Depois, minha amiga e colega Joana Pereira Leite – especialista em história económica de Moçambique e discípula do historiador congolês Elikia M’Bokolo – me acolheu, na qualidade de investigador visitante, no Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA) na Universidade de Lisboa. Mais tarde, o CEsA me convidaria a fazer parte das suas fileiras, na qualidade de “Investigador Colaborador”.

Em Portugal, me dediquei sobretudo a reescrever a dissertação de mestrado. Um novo livro nascia (já mencionado no segundo capítulo deste Memorial). Durante os meses em Lisboa pude partilhar parte do meu manuscrito com vários colegas. Foram várias apresentações que me ajudaram a pensar em voz alta. Em janeiro de 2019, convidado por Paulo Granjo e Patrícia Ferraz de Matos, ministrei, no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, um seminário sobre algumas das temáticas daquele que seria meu futuro novo livro. Os comentários que recebi foram extremamente valiosos. Também no dia 7 de março, no CEsA-UL, apresentei o seminário “Cultura e economia: paradoxos do colonialismo em Moçambique”, tendo tido, mais uma vez, a possibilidade de ouvir colegas e estudantes, beneficiando-me do *feedback* das discussões. Eugénia Rodrigues, Carlos Almeida e José da Silva Horta, do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, me convidaram a proferir, em 20 de março de 2019, uma conferência no contexto dos Seminários de História da África. Aprendi muito com os comentários e com o diálogo que conseguimos travar naquela ocasião.

Em 8 de maio de 2019, convidado por Ricardo Roque e Bárbara Direito, apresentei no ICS o seminário “Antropologia e colonialismo em Moçambique: reflexões sobre uma relação ambígua”. Tratou-se de um seminário organizado pela equipa de investigadores do grupo “Ciência e Império” do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia e do ICS da

²¹ No entanto, a comunidade científica vem reagindo com firmeza perante algumas situações pontuais. Recentemente (em 26 de março de 2021), graças à pressão sobretudo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o congresso promulgou uma lei que impede o bloqueio dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), derrubando, assim, um veto presidencial.

Universidade de Lisboa. A esta hospitalidade acadêmica somaram-se também Cláudia Castelo e Augusto Nascimento, colegas com os quais tenho compartilhado sessões de congressos, eventos acadêmicos sobre a África e o “mundo português” e, claro, algumas taças de bom vinho português. Em Lisboa reencontrei-me com Luiz Henrique Passador, professor de antropologia na Universidade Federal de São Paulo e artífice de um diálogo etnográfico primoroso com Hassane Armando, sobrevivente do massacre de Homóine (província de Inhambane, Moçambique) em 18 de julho de 1987. Tive a sorte de conhecer Hassane, quando, junto com Luiz Henrique, lançaram no ICS o livro *Tempos de Fúria. Memórias do massacre de Homóine, 18 de julho de 1987* (Lisboa: Edições Colibri).

João de Pina Cabral – que conheço há mais de duas décadas quando da minha primeira visita a Portugal – aceitou generosamente redigir o prefácio de *A invenção do Assimilado*. Desde que li um dos seus primeiros trabalhos – *Os contextos da antropologia*, publicado em 1991 – continuo aprendendo e inspirando-me na sua visão de uma antropologia cosmopolita e plural. Para a revisão daquele livro tive a honra de contar com a ajuda e a interlocução de Fátima Mendonça, profunda conhecedora e estudiosa da literatura moçambicana. Indiretamente, esse diálogo ajudou-me a pensar sobre outras dimensões do paradoxo (pós)colonial, tais como as perplexidades provocadas pelo famigerado (des)Acordo Ortográfico no seio da chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em finais de fevereiro de 2020, começaram a chegar notícias preocupantes da cidade chinesa de Wuhan, na província de Hubei. Uma doença infecciosa, popularmente conhecida como COVID-19, provocada pelo vírus da SARS-CoV-2 (coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2), se espalhou, em poucos dias por todo o planeta. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde, em Genebra, declarou oficialmente a situação de pandemia. Enquanto redijo este Memorial, as estatísticas da doença no Brasil se aproximam à cifra de 350.000 mortos. Esse é o número de habitantes que minha cidade de origem tinha por volta de 1992, quando cheguei ao Brasil. Sobretudo em situações de

guerra, a “seriedade da morte”, dizia Max Weber, provoca efeitos de senso de “comunalidade”²². E hoje? O que Weber teria para nos dizer?

Em 2020 o trabalho remoto se apoderou das nossas rotinas. No início, alguns colegas ficaram receosos, pois a vocação da universidade pública é, e será, o ensino presencial. Mas dada a excepcionalidade das circunstâncias, acabamos nos adaptando, com mais ou menos rapidez, às novas possibilidades tecnológicas. Houve ganhos e perdas. No meu caso, em virtude da pandemia, “viajei” para Moçambique em três ocasiões sem sair de casa.

No início de 2020 fui convidado por Sergio Chichava para ministrar uma conferência no Instituto de Estudos Sociais e Económicos, IESE (com sede em Maputo) sobre minhas pesquisas entre os muçulmanos do norte. Desde o ano de 2017, aquela região, mais especificamente a província de Cabo Delgado, vem sofrendo uma série de incursões violentas, perpetradas por jovens autodenominados muçulmanos. Os colegas do IESE queriam que eu contribuísse, a partir da minha experiência em Nampula, com alguma reflexão sobre aqueles conflitos. Minha palestra aconteceu em 14 de julho de 2020. Escolhi como título “Pode Nampula ajudar a pensar o conflito de Cabo Delgado?”. O convite, vindo dos colegas moçambicanos, implicou um duplo desafio: 1. por um lado, o de retornar a uma investigação que iniciei há mais de vinte anos (pois minha primeira viagem a Nampula foi em 2000), e 2. por outro, o desafio de pensar comparativamente e colocar em perspectiva duas “realidades” supostamente diferentes: Nampula e Cabo Delgado.

Conheci o sul, o centro e o norte de Moçambique, mas nunca estive em Cabo Delgado. Fazendo aqui um jogo de palavras com um conhecido *slogan* usado por Samora Machel, fiz o trajeto de “Nampula a Maputo”, mas não de “Rovuma a Maputo”.

Dentre os trabalhos que vêm sendo elaborados para entender a violência em Cabo Delgado, os únicos que apresentam uma sensibilidade etnográfica acurada e uma preocupação em “observar” e “escutar” o que se passa no terreno são as investigações desenvolvidas pela equipe do IESE. Refiro-me, mais

²² “...common political struggle of life and death, has given rise to groups with joint memories which often have had a deeper impact than the ties of merely cultural, linguistic, or ethnic community...” (p. 903). WEBER, Max, *Economy and Society*. An Outline of Interpretive Sociology, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1978.

concretamente, a um relatório elaborado por Saide Habibe, Salvador Forquilha e João Pereira. E também aos trabalhos de Sergio Chichava e Eric Morier Genoud.

Como mencionei antes, comecei o trabalho de campo em Nampula em 2000, ou seja, um ano antes dos ataques às Torres Gêmeas em Nova York (World Trade Center). O que se passou depois dos ataques do 11 de Setembro de 2001 teve uma imensa repercussão no campo das ciências sociais, sobretudo porque os analistas estavam preocupados em entender quais eram esses sujeitos e grupos que reivindicavam o ataque. Houve, digamos, no campo das ciências sociais, um *boom* editorial. Publicações das mais variadas apareceram. Depois, em 2003, retornei a Nampula. Nessa época, o mundo “ocidental” estava empenhado naquilo que muitos denominaram a “guerra ao terror”.

Por um lado, portanto, enquanto nos meios de comunicação havia uma série de narrativas que flertavam com o discurso islamofóbico, por outro lado, na pesquisa de campo, eu verificava, *in situ*, a existência de um mundo muçulmano completamente diferente desses discursos midiáticos. E constatava a existência, em Nampula e na Ilha de Moçambique, de um Islão hospitaleiro e sociável. Lembro que já no primeiro dia da minha estadia em Nampula, quando visitei a Mesquita de Fátima, fui convidado a almoçar pelo subdelegado do Conselho Islâmico de Nampula. E essa hospitalidade se reproduziu não só entre as lideranças urbanas, mas também entre os shehes das confrarias, no interior.

Na altura, visitei mesquitas nos bairros de Moahivire, no bairro de Mohala, em Namutequeliwa, conversei com mualimos (professores de madrassas), sheiks, lideranças das confrarias, representantes do conselho islâmico, do congresso islâmico, com o representante da comunidade xiita de Nampula. Lembremos que, em Moçambique, a maioria dos muçulmanos é da corrente sunita, mas há uma minoria xiita. Participei, na qualidade de observador, de cultos em mesquitas e assim por diante. Todo esse universo de sociabilidades e de sensibilidades não correspondia com a imagem do “muçulmano terrorista” que muitos meios de comunicação, em plena guerra ao terror, veiculavam. Tudo isso, sem dúvida, determinou o título de meu livro sobre os muçulmanos de Nampula: justamente *Outros Muçulmanos*, ou seja, “Outros” muçulmanos e não aqueles que são representados caricaturalmente sob a forma do muçulmano jihadista.

O tempo passou. Jamais imaginaríamos que vinte anos depois viríamos a testemunhar investidas de tipo jihadista em Moçambique. O grupo que irrompeu, de maneira violenta, em Mocímboa da Praia em outubro de 2017 promove, segundo os relatórios preliminares, uma série de acusações não só contra o Estado moçambicano e seus representantes, mas também contra os próprios muçulmanos, inclusive contra os muçulmanos oriundos das correntes wahabistas e escrituralistas, ou seja, contra o próprio Conselho Islâmico de Moçambique (Cislamo). Primeira constatação: o grupo tem alvos específicos.

Os relatórios elaborados pelos colegas do IESE têm um mérito metodológico fundamental, pois superam a ideia simplificadora de que as causas desta insurgência jihadista são meras causas de tipo material ou oriundas da privação. É claro que essa dimensão econômica é importante. Mas não é determinante, pois sabemos que existem inúmeros contextos na África, na América Latina etc. de opressão material que não produziram, por geração espontânea, empreendimentos jihadistas. E é claro também que os megaempreendimentos extrativistas (sobretudo de gás, no distrito de Palma, e de rubis, no distrito de Montepuez) são ingredientes importantes. Porém, não creio que esses elementos sejam determinantes. A leitura dos relatórios elaborados pelos colegas do IESE me despertou uma curiosidade interpretativa. É evidente, pelas descrições que os colegas têm feito do perfil desses “jovens” do Al-Shabbah, que estamos diante de um grupo que assume fortes componentes de tipo salvacionista e exclusivista.

Se não fosse pelo tipo de armamento pesado que o grupo começou a utilizar, se não fosse por essa crescente militarização, não duvidaria em situar este grupo naquilo que os antropólogos têm denominado de movimentos messiânico-milenaristas. Estamos, até certo ponto, em face de um messianismo sem messias. Já o milênio de prosperidade, o paraíso na terra, para estes jihadistas, está representado pela plena aplicação da lei islâmica (da sharia), o que supostamente implicaria, nesta visão salvacionista, o fim de todos os males, de todas as injustiças, e assim por diante. Esse suposto paraíso terrestre estaria livre dos Kafirs (dos incrédulos) e, sobretudo, dos apóstatas, isto é, dos próprios muçulmanos que compactuam com o Estado e seus representantes. Este é um dos piores crimes que, nas versões mais extremas do salafismo, é possível cometer: o crime de apostasia.

Retorno a meu livro, *Outros muçulmanos*, publicado em 2006. Na conclusão, mais especificamente, na página 236, eu indago acerca das possibilidades, ou não, da presença de um Islão dito fundamentalista em Moçambique. Assim, para fornecer uma resposta, me vi obrigado a historicizar a presença muçulmana em Moçambique. Então, o que escrevi em 2006 foi o seguinte:

Convém recordar que a história de Moçambique não registra uma luta anticolonial protagonizada por grandes massas de muçulmanos guiados, por sua vez, por líderes islâmicos, tal como tem existido no Egito – onde se originou a Irmandade Muçulmana fundada, em 1928, por Hassan al-Banna – ou no Sudão que assistiu ao amplo movimento do Mahdismo [...] a mobilização contra a administração colonial não conseguiu, em Moçambique, adquirir uma linguagem completamente islâmica... [Em outros contextos sócio-históricos]... o surgimento de um Islã político ou do chamado salafismo consistiu numa reação à inércia conservadora dos ulemas, que foram acusados, por uma nova leva de jovens revolucionários, de compactuarem com os poderes materialistas, individualistas e "corruptos" de Ocidente. Até agora, não parece ter surgido em Moçambique uma elite consolidada de jovens muçulmanos capaz de contestar a autoridade dos ulemas e, ao mesmo tempo, reclamar a instalação de um Estado islâmico como suposta solução definitiva para todos os problemas sociais e políticos²³.

As coisas mudaram, e hoje Moçambique deve lidar com uma insurgência de tipo jihadista e com um grupo – uma minoria, certamente – que reivindica um Islão exclusivista e salvacionista. O inimigo é o Estado e todos os muçulmanos que compactuem com ele.

Imediatamente, em setembro, o IESE me convidaria a debater o trabalho do historiador moçambicano Chapane Mutiua, intitulado “Entre centros e periferias: um olhar sobre a história das comunidades muçulmanas da região de Cabo Delgado” e, em outubro, para coordenar a conferência ministrada por Patrícia Teixeira Santos (Unifesp), nomeada “Educação, Religião e Espaço Público: da educação missionária à criação do Centro Africano Islâmico (1966) em Khartum”.

Mesmo dialogando com colegas das mais diversas latitudes (Portugal, França, Moçambique), meus vínculos com a antropologia argentina nunca se

²³ MACAGNO, Lorenzo. *Outros muçulmanos*. Islão e narrativas coloniais. Lisboa: ICS, p. 236.

enfraqueceram. Ainda em 2020, os coordenadores do curso de doutorado em Humanidades e Artes, da Universidade Nacional de Rosário, convidaram-me para ministrar um ciclo de seminários. Os colegas sugeriram um título para o ciclo: "Colonialismo, poscolonialismo y la história social y política de la antropología". Propus ministrar cinco seminários, que ocorreram entre agosto e setembro de 2020: 1) Colonialismo como cultura e como violência; 2) A construção da governabilidade colonial; 3) Salazarismo e colonialismo português; 4) Pressupostos da ideologia colonial: lusotropicalismo e orientalismo; 5) Colonialismo, antropologia e descolonização. Entretanto, e devido a outros projetos (cf. cap. 9), iniciei também um diálogo com Rosana Guber, que realizou estudos antropológicos sobre as consequências da guerra de Malvinas no imaginário nacional.

Por fim, ao longo dos últimos anos, tenho realizado inúmeras avaliações e feito pareceres para revistas científicas nacionais e internacionais. Eis a lista: *Contemporary Islam; Current Sociology; Lusotopie. International Journal of Political Studies on Portuguese-Speaking Areas; Afro-Asia; Social Sciences and Missions; VIBRANT. Virtual Brazilian Anthropology; Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia (UFF); Anuário Antropológico (UnB); Campos. Revista de Antropologia Social (UFPR); Estudios Sociológicos; Estudos Históricos; Estudos Ibero-Americanos; História Ciências Saúde-Manguinhos; Horizontes Antropológicos; LUANOVA: Revista de Cultura e Política; Mana. Revista de Antropologia Social; Mediações - Revista de Ciências Sociais; Revista Brasileira de Ciência Política; Revista Brasileira de Ciências Sociais; Revista de Antropologia (USP); Revista de Ciências Sociais (UFC); Revista de História (USP); Revista de Sociologia e Política (UFPR); Revista del Museo de Antropología; Revista Estado & Sociedad; Revista HABITUS (IFCS/UFRJ); Revista Religión y Sociedad; Revista TOPOI (UFRJ); Revista Vivencia (UFRN); Religião e Sociedade (ISER)*. Ao mesmo tempo, recebo solicitações periódicas de consultoria para a avaliação de diversos projetos de pesquisa submetidos às agências de ciência e tecnologia: CNPq, Capes e Fapesp.

Estas são, certamente, atividades comuns a todos os membros da comunidade científica, fundamentais para a manutenção da qualidade dos nossos respectivos trabalhos. Apesar do tempo e do esforço que elas demandam, constituem, por assim dizer, uma dimensão praticamente invisível

do nosso *habitus* científico. Esse trabalho silencioso representa um compromisso que garante a sustentabilidade de uma comunidade científica e de suas respectivas instituições.

CAPITULO 9 – 2020- . . . : Novo lustro, novos livros

São dois os livros que preparo para este quinquênio que nasce. Consistem, na verdade, em traduções-organizações de etnografias inéditas e, arriscar-me-ia a dizer, completamente desconhecidas. Um desses projetos diz respeito à tradução para o português da “etnografia moçambicana” de Franz Boas. Não se trata de uma simples exumação histórica, ou algo parecido, mas, como explicarei brevemente, da necessidade de uma restituição cujas consequências são eminentemente contemporâneas. Boas redigiu, em inglês e alemão, vários artigos sobre os Vandau ou Mandau (sing. Ndau), do centro de Moçambique, em colaboração com Kamba Simango, um jovem de origem Ndau.

No Moçambique contemporâneo, o etnônimo Vandau foi vinculado a acontecimentos trágicos da história recente do país: a Guerra civil – ou “guerra de dezesseis anos” como agora é chamada – que começou em 1976 e se estendeu até 1992. A Renamo contrarrevolucionária, dizem, era apoiada pelos Vandau, enquanto a Frelimo, socialista, pelos grupos étnicos do sul (sobretudo os Changanas) e do norte do país (sobretudo os Maconde). Para além desse estigma, derivado de conflitos políticos recentes, considero necessário restituir o lugar que os Vandau ocupam na história da antropologia. Apesar de um século transcorrido, essa etnografia, bem como as circunstâncias que a originaram permanecem desconhecidas. Boas nunca esteve em Moçambique. A etnografia sobre os Vandau foi realizada graças à colaboração e à assistência de um jovem Ndau (o já mencionado Kamba Simango), nascido no litoral de Moçambique, e que estudou na Universidade de Colúmbia. Esses escritos encontram-se dispersos em revistas e livros. Sendo Kamba Simango um protagonista central daquele trabalho, os leitores moçambicanos não têm podido conhecer a etnografia Vandau. Meu projeto de publicação pretende, pois, preencher esse vazio.

Entretanto, o destino que restou à etnografia Vandau foi diametralmente oposto à popularidade que tem, hoje, a etnografia sobre os Thonga do sul de Moçambique, escrita pelo grande missionário e etnógrafo Henri-Alexandre Junod (*The Life of a South African Tribe*), cuja primeira edição em inglês foi publicada em 1912. O trabalho de Junod foi traduzido para o português, pela primeira vez, em 1946. Depois, foi reeditado em 1974 e 1996. No Moçambique

contemporâneo, a etnografia de Junod é debatida por diversos atores, como missionários, cineastas, escritores, antropólogos, artistas, filósofos etc. A título de exemplo: em 2006, o diretor Camilo de Sousa – com a colaboração de Licínio Azevedo – lançou um documentário intitulado “Junod”. Inclusive, a obra do famoso pintor e artista plástico moçambicano Malangatana (de origem Thonga) não poderia ser compreendida sem esse legado. Recentemente, a saga de Junod e dos missionários suíços ganhou também uma história em quadrinhos!²⁴ Por que a etnografia de Franz Boas e Kamba Simango permaneceu desconhecida? Por que aquele contributo antropológico não foi incorporado ao *corpus* narrativo da construção da moçambicanidade e seus dilemas?

Contudo, o objetivo primordial, para além da tradução, consiste em capturar os eventuais efeitos políticos da etnografia Vandau através, sobretudo, de um diálogo com representantes e porta-vozes contemporâneos da “cultura” Ndau. Recentemente, estabeleci uma conversa – através de e-mails – com o pintor, de origem Ndau, Silva Dunduro que foi, também, Ministro da Cultura e Turismo de Moçambique entre 2015 e 2019. A ideia, portanto, é promover um diálogo colaborativo com esses intelectuais em prol da “repatriação” daquela etnografia.

O outro livro que preparo é também uma tradução (desta vez do inglês para o espanhol). Trata-se da única etnografia sobre os habitantes das Ilhas Malvinas (Falklands), os denominados Kelpers²⁵. Ela foi redigida no início da década de 1980 pelo antropólogo norte-americano Thomas Louis Melchionne. Seu título é *Drinking in the South Atlantic: an Ethnography of the Falkland Islands*.

Tomei conhecimento do trabalho de Melchionne no início de 2014, quando finalizava a redação do meu livro sobre multiculturalismo. Naquela época, e ainda hoje, interessava-me pensar a relação entre antropologia – uma

²⁴ A história em quadrinhos “Capitão” (Lausanne: Éditions Antipodes, 2019) criada por Yann Karlen (roteirista) e Stefano Boroni (desenhista), é uma alegoria inspirada na experiência do etnógrafo Henri-Alexandre Junod e do médico suíço Georges-Louis Liengme em Moçambique. Não se trata de uma história que pretende ser fiel aos fatos. É, propositadamente, uma ficção. Ou melhor: uma história ficcional. Recentemente redigi uma resenha sobre esse livro, a ser publicada proximamente na rede *H-Luso-Africa*.

²⁵ Esta denominação, que não é necessariamente pejorativa, advém do termo “Kelp”, um tipo de alga marinha que cresce nas águas que circundam as ilhas. Dependendo do contexto, os habitantes das ilhas podem usar este termo para se autodenominar, embora essa autodenominação venha sendo, nos últimos anos, substituída pelo termo “Falklanders”.

ciência cosmopolita por excelência – e o que denominei, em um dos subcapítulos do livro, “a antropologia e o problema do patriotismo”. Da perspectiva dos portavozes da nação (Argentina), os Kelpers são, sociologicamente falando, quase zumbis: não existem, ou não deveriam existir. Trata-se de um Outro perturbadoramente presente, porém invisível. Já a etnografia de Melchionne os coloca em primeiro plano. Por isso – e, talvez, por um sentimento antimilitarista oriundo das experiências que descrevi no início deste Memorial – embarquei na busca do manuscrito.

Como Melchionne falecera há mais de vinte anos, comuniquei-me por e-mail com quem fora seu orientador: o professor Warren Shapiro, do Departamento de Antropologia da Universidade de Rutgers, em Nova Jersey. A resposta foi imediata. Shapiro não só me forneceu algumas coordenadas para poder obter – através do sistema “interlibrary loan” – um exemplar da etnografia inédita de Melchionne, depositada em Rutgers, mas também me estimulou para que eu a traduzisse para o espanhol “I’m sure Tom [refirindo-se a Thomas Melchionne] would have been pleased if it were translated into Spanish...”. Em virtude de questões burocráticas, desisti de solicitar à universidade de Rutgers o manuscrito através do sistema de empréstimo “interlibrary loan”. Contudo, identifiquei a existência de outro exemplar da tese em uma das bibliotecas da universidade de Harvard. Imediatamente, solicitei ao meu colega e amigo Jean-Philippe Belleau, professor de antropologia na Universidade de Massachusetts-Boston, para que me enviasse uma cópia.

Thomas Louis Melchionne chegou às Ilhas Malvinas em 22 de setembro de 1981. Tinha 29 anos. Escolheu, para o seu doutorado, realizar o trabalho de campo nas Malvinas, por serem as ilhas um território completamente inexplorado pelos antropólogos. Existem inúmeros relatos de viajantes, de missionários e de comerciantes que as visitaram circunstancialmente. No entanto, nenhum antropólogo, até a chegada de Melchionne, conseguira elaborar uma etnografia sobre aqueles “exóticos” habitantes.

Além do pioneirismo e ineditismo, outro elemento que outorga uma relevância singular à sua etnografia é o fato de ele ter chegado às Malvinas nas vésperas do conflito entre a Argentina e o Reino Unido, desencadeado em 2 de abril de 1982. A guerra teve consequências decisivas para o desenvolvimento da sua pesquisa. Em pleno trabalho de campo, e durante a presença dos

militares argentinos em Puerto Argentino (Stanley, para os britânicos), Melchionne teve de abandonar o arquipélago. Era uma sexta-feira, 16 de abril, e tinham transcorrido sete meses do início da sua estadia. Com essa decisão, o jovem antropólogo acatava a recomendação feita pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos aos seus concidadãos residentes nas Ilhas. Foi o próprio governo argentino que proporcionou os meios – um avião militar de carga – para que Melchionne, junto com outros quatro cidadãos norte-americanos, pudessem sair. A guerra entre Argentina e Reino Unido terminou em 14 de junho de 1982. Quase três meses depois, em 13 de setembro, Melchionne retornou às Malvinas para prosseguir na sua pesquisa temporariamente interrompida pela guerra. Assim, começava sua segunda estadia, que duraria até maio de 1983. No total, considerando as duas permanências, sua pesquisa etnográfica se estendeu por quase um ano e meio.

Melchionne conseguiu, portanto, desenvolver o seu trabalho em um período pré e pós-guerra. O conflito com a Argentina aparece, na etnografia de Melchionne, de forma discreta, como pano de fundo ou nas entrelinhas. Talvez por isso, nesta etnografia, os argentinos sejam uma presença real e ao mesmo tempo distante, quase fantasmagórica.

Os manuais de antropologia recomendam ao pesquisador que está entrando no campo – ou seja, no seio de uma nova cultura – que construa seu objeto de pesquisa despido de ideias preconcebidas, de preconceitos. O trabalho de Melchionne sobre os Kelpers compartilha dessa máxima. Ele não impôs ou forçou um tema. Sua escolha investigativa tem a ver com o cotidiano dos moradores das Malvinas, tal como se apresentava ao observador no início dos anos 1980: um complexo sistema de saberes e práticas construído em torno das bebidas alcoólicas. A centralidade desse sistema de pensamento, e de experiências, não significa que os Kelpers estudados por Melchionne pensem vinte e quatro horas por dia em álcool, da mesma forma que os Nuer estudados por Evans-Pritchard não pensavam em seu gado o tempo todo. Não estamos, pois, perante um *Homo Etílico*, ou algo semelhante. Pelo contrário, a sensibilidade antropológica de Melchionne nos permite pensar esta dimensão em relação a outros aspectos da vida dos ilhéus: a economia, o trabalho, a religião, a sociabilidade (festas, casamentos, aniversários, eventos desportivos, encontros de amigos ou colegas), relações de gênero, hábitos de consumo, ou

seja, e para colocá-lo nos termos da famosa definição de Marcel Mauss, estamos diante de um “fato social total”.

A carreira intelectual de Thomas L. Melchionne foi curta: faleceu em decorrência de um câncer em 13 de fevereiro de 1994, aos 41 anos. Ele planejava publicar artigos e livros que nunca vieram à tona. Sua tese de doutorado nunca foi publicada por um editor profissional. Depois de defendê-la, em 1985, Melchionne conseguiu reproduzir alguns exemplares por meio de um sistema fotocopiado, com o objetivo, sobretudo, de distribuí-los em bibliotecas universitárias norte-americanas. Após terminar a sua tese, se afastou do mundo acadêmico norte-americano. Determinado a alargar os horizontes da sua experiência antropológica, partiu para a Ásia. Visitou a Índia e o Nepal, onde escalou o Himalaia. Mais tarde, viajou para o Japão. Lá conheceu sua esposa. Nessa viagem, recebeu convite para ministrar palestras na Universidade de Hiroshima, onde acabou assumindo o cargo de professor. Na breve homenagem que seu orientador de tese, Shapiro, dedicou-lhe em um volume do *Anthropology Newsletter*, Melchionne é retratado como um intelectual apaixonado e sempre curioso. A doença o surpreendeu em um momento de plena atividade acadêmica e produção literária (estava também escrevendo um romance).

Creio que uma das tarefas primordiais da prática etnográfica consiste em perturbar, sem moralismos, as certezas naciocêntricas. As nossas e as dos Outros. Conceder uma segunda vida à etnografia de Franz Boas sobre os Vandau, bem como à etnografia de Melchionne sobre os Kelpers, implica uma operação ética e científica em prol do cosmopolitismo. Esse alargamento, esse movimento de ampliação dos horizontes imediatos é, creio, o trunfo mais prezado da antropologia, a sua vocação mais preciosa.

PALAVRAS FINAIS

Mais de três décadas se passaram. O que mudou no mundo acadêmico ao longo desses anos? Marshall Sahlins, antropólogo que parece não se sentir confortável com os novos tempos, fornece uma resposta pessimista. “Existe um sistema brutalmente competitivo, que nós ainda não apreendemos”. Terá querido dizer “ainda não entendemos”? Ou “ainda não aceitamos?”. Suas palavras, pronunciadas há quinze anos, ainda ressoam com uma força quase profética. Ele se referia então à situação nas universidades norte-americanas. Será que nos reconhecemos no retrato por ele traçado?

Tudo na universidade é competição. Se és estudante, competes para entrar, competes nas cadeiras, há uma classificação por pontos absoluta... Houve estudos que mostraram que os círculos internos de sociabilidade colegial e colaboração dos acadêmicos resumem-se a duas ou três pessoas, das quais uma ou duas se encontram noutra universidade... Outra faceta da competição é que, quanto mais perto se encontram as disciplinas relativamente a assuntos de pesquisa, menos terão a ver uma com a outra, porque estarão a competir por posições na universidade, recursos, novas admissões etc. Quando estás em competição, irás o mais longe possível... E então começas a importar conceitos cada vez mais bizarros²⁶.

Ao que parece, nos últimos tempos, no campo das ciências sociais, tivemos que nos habituar também com os imperativos dos “fatores de impacto”. Nada novo sob o sol. Da minha parte, nunca me incomodei com a suposta obrigatoriedade de ter de publicar. Divulgar resultados de pesquisa é nossa obrigação. Aliás, sempre gostei de escrever. Por outro lado, é verdade que esta corrida voraz tem gerado algumas perversões. Qual o sentido de publicar artigos aqui e alhures sem ter uma visão das coisas, sem norte algum, sem uma concepção de mundo? Será que perdemos, sem chance de recuperação, a velha e boa camaradagem e o prazer desinteressado da tertúlia? Publicar é preciso. Mas, a qualquer custo? E quantos colegas foram seduzidos pelas “evidências” dos indicadores bibliométricos! “Prefiro as vozes das ruas às das do dicionário”, diz um poeta catalão. Artigos científicos publiquei muitos (quarenta e dois,

²⁶ Entrevista com Marshall Sahlins, conduzida por Filipe Calvão e Kerry Chance: “Na ausência do campo metafísico”, *Etnográfica*, Lisboa, vol. X, nº 2, 2006, p. 391.

informa-me o Lattes). No entanto, e parafraseando o poeta, confesso que “Prefiro os livros das bibliotecas aos artigos dos periódicos”.

Retorno à epígrafe deste trabalho, de Jorge Luis Borges: “Que outros se jactem das páginas que escreveram; a mim me orgulham as que li”. Os livros. Sempre os livros. Trinta anos se passaram desde o incêndio da biblioteca da minha casa paterna. Antes daquele acidente doméstico, e na época dos meus primeiros itinerários pela antropologia, consegui salvar (roubar?) alguns daqueles volumes. Hoje, eles descansam nas estantes da minha biblioteca em Curitiba. Todos conservam, na sua primeira página, a “jovem” assinatura do meu pai, quase como um *ex-libris ad aeternum*. Eis alguns dos títulos daqueles sobreviventes: *El descubrimiento de la India*, escrito desde o cárcere por Jawaharlal Nehru, o pai do nacionalismo indiano (Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1949); *Conflictos y Armonias de las razas en América*, de Domingo Faustino Sarmiento, que foi o promotor da educação pública e universal na Argentina (Buenos Aires: Editorial Intermundo, 1946); *Biografía del Manifiesto Comunista*, editada no México, em 1949; *Viaje de un naturalista alrededor del mundo*, de Charles Darwin, editado em 1945 pela Livraria El Ateneo (Buenos Aires); *La ciudad antigua*, de Fustel de Coulanges (Buenos Aires: Emecé Editores, 1945); *¿Adonde va el Pueblo norteamericano?*, escrito pelo historiador “libertário” francês Daniel Guérin (Buenos Aires: Ediciones Arayú, 1954); *História económica del Brasil*, de Caio Prado Junior (Buenos Aires: Editorial Futuro, 1960). Trata-se de uma lista aleatória, em que as datas não são um mero acaso, pois entre as décadas de 1940 e 1950 houve na Argentina um *boom* editorial graças, sobretudo, aos exilados espanhóis que fugiam do franquismo. Gilberto Freyre, que na década de 1940 foi colaborador do jornal *La Nación*, referia-se a essa imensa ebulição editorial promovida, especialmente, pelos republicanos espanhóis instalados na avenida de Maio, em Buenos Aires:

A avenida de Maio é hoje um pedaço vivo da Espanha chamada republicana. Diante de seus hotéis se sentam à tarde figuras que se destacam pelo ar meio romântico, tão dos republicanos espanhóis vencidos pela contrarrevolução do general Franco...

Duas ou três das grandes casas editoras da Espanha estão hoje como que refugiadas em Buenos Aires...²⁷

Os exilados espanhóis fundaram também inúmeras editoras no México. Livros e opressão política, sabemos, nunca andaram juntos. Mas será tudo isto uma vã quimera? Apenas histórias passadas?

Entretanto, no meio da voragem, procuro me *aggiornar* e, na medida do possível, conhecer o que meus colegas estão escrevendo e publicando. Por sorte, contra vento e maré, a antropologia brasileira goza de boa saúde. Há também outras boas-novas que me resultam um tanto mais herméticas. Algumas dessas novidades vêm acompanhadas de uma parafernália de termos como: “actantes”; “simetrização”; “multiespécies”; “epistemicídio”; “holoceno”. Ao que parece, essa suposta antropologia insurgente vem produzindo um certo fascínio nas novas gerações. Não haverá, por detrás desse novo radicalismo, um oculto e resiliente conservadorismo? Confesso não compreender, por momentos, a raiva e a fúria desse antiantropocentrismo desapiedado. Desiludido, mais cedo ou mais tarde, acabo retornando ao bom e velho vinho de sempre. Há alguns meses, por exemplo, convidado pela minha colega e amiga Cristina Pompa (Unifesp), uni-me a um grupo de estudos sobre a obra do antropólogo italiano Ernesto de Martino (1908-1965). Essa escola italiana da história das religiões, misturada com fascinantes etnografias da Itália meridional, está distante dos nossos referenciais antropológicos. No entanto, para mim, estas “novas” leituras constituem uma forma de me reencontrar com uma antropologia que, ainda em doses mínimas, começávamos a ler na UBA: Vittorio Lanternari e Amalia Signorelli são alguns dos seus representantes. Todos influenciados, em maior ou menor medida, por António Gramsci.

E que injusto seria terminar estas páginas sem mencionar meus ex-orientandos e ex-orientandas! Aqueles que me ensinaram a arte de ouvir e ser ouvido. Todos e todas se aproximaram de mim de maneira espontânea ou, talvez, em decorrência de um diálogo virtual iniciado nas aulas. Até onde sei, a maioria deu prosseguimento às suas carreiras acadêmicas: Georgeana Barbosa França (barragens e “barrageiros”); Celso de Brito (capoeira angola); Jakson

²⁷ “Buenos Aires cheia de espanhóis”. In: Edson Nery da Fonseca (org.) *Americanidade e latinidade da América latina e outros textos afins*. Prefácio de Enrique R. Larreta e Guillermo Guicci. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. p. 53-56.

Hansen Marques (muçulmanos em Curitiba); Ruben Miguel Taibo (casamento tradicional em Moçambique); Mauro Leno Silvestrin (movimentos pró-canabis); Victor Miguel Castillo de Macedo (moçambicanos em Curitiba); Bárbara Caramuru Telles (palestinos no Chile); Jakson Vertus (pentecostais no Haiti); Maria Aparecida Webber (estudantes brasileiros no Paraguai); Linda Osiris González Cárdenas (turismo na Tríplice Fronteira); Rafael Gustavo de Oliveira (cartografias da “experiência” na Palestina). A vocês, e aos inúmeros estudantes que ao longo destes anos me converteram em professor: muito obrigado! Há uma frase que, de vez em quando, pronuncio nas minhas aulas, sobretudo para os alunos iniciantes: “A antropologia é uma ciência generosa”. Nestas circunstâncias, acrescentaria: “Hoje, mais do que nunca, temos de cuidá-la!”.

Não creio ter conseguido escapar aqui da ilusão biográfica. O conhecimento avança através de um “movimento desordenado”, cuja articulação, diz Edward Shils, somente pode ser vislumbrada “após um período de tempo considerável”²⁸. A conjunção de experiências individuais e esforços coletivos (afinal, é assim que a ciência avança) só é percebida se enxergada na sua *longue durée*. É a partir dessa retrospectiva que os nossos esforços se tornam coerentes. Aqui procurei, simplesmente, situar minha experiência em um contexto coletivo, ou seja, em um sistema de interlocuções e de diálogo com esses “outros significativos” (pessoais e institucionais). São eles que tornam possível a sustentabilidade de uma comunidade científica e que, no final das contas, atribuem algum sentido à nossa prática.

²⁸ “The growth of knowledge is a disorderly movement. It is full of instances of things known and overlooked, unexpected emergencies, and rediscoveries of long known facts and hypotheses which in the time of their original discovery had no fitting articulation and which found such articulation only after a considerable time...”, SHILS, Edward. “Primordial, Personal, Sacred and Civil Ties”, *The British Journal of Sociology*, vol. 8, nº 2, 1957, p. 144.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

LIVROS E ORGANIZAÇÃO DE DOSSIÊS

2019. *A invenção do assimilado. Paradoxos do colonialismo em Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri, p. 216.
2016. Repenser le multiculturalisme (Guest Editor), *Al-Irfan. Revue de Sciences Humaines et Sociales*, IEHL, Rabat.
2017. معضلة التعدد الثقافي [versão em árabe de “O dilema multicultural”], traduzido e publicado pelo Instituto de Estudos Hispano-Lusos, Rabat: IEHL, p. 310.
2014. Religion and Ethnicity. (Guest Editor, com Cristina Pompa) *VIBRANT. Virtual Brazilian Anthropology*, Vol. 11, nº2, <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n2>
2014. *O dilema multicultural*. Curitiba/Editora UFPR – Rio de Janeiro/GRAPHIA Editorial, p. 303.
2011. *A Tríplice Fronteira. Espaços nacionais e dinâmicas locais*. Curitiba: Editora UFPR. (com V. G. Béliveau & S. Montenegro).
2009. The Anthropological Encounter (Guest Editor), *Social Sciences and Mission*, Vol. 22, Nº 1, Leiden: Brill.
2008. *Histórias conectadas e dinâmicas pós-coloniais*. Curitiba: Fundação Araucária, p.305 (com F. R. Ribeiro & P. S. Schermann).
2006. *Outros muçulmanos. Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, p.254.
2002. *Apocalipsis al sur. Una protesta contra inmigrantes en el 'desierto' argentino*. Buenos Aires: Biblos, p.138.

ARTIGOS E CAPÍTULOS

2021. “Franz Boas au Mozambique? À propos d’un dialogue avec Kamba Simango”, *Cahiers d’Études Africaines*, nº 244, Paris, no prelo.
2021. “From Guangdong to Brazil: Itineraries of a Sino-Mozambican Community”, in: Daniel Veras (org.) *Studies on Chinese migrations*, e-book, Editora da FGV, no prelo.
2021. “Civilização e Cultura em Henri-Alexandre Junod”, *Sociologia & Antropologia*, Vol. 11, nº 1, Rio de Janeiro.
2020. “Modern intimacies and modernist landscapes: Chinese photographs in late-colonial Mozambique”, *Lusotopie*, Vol. 19, nº 2, Brill.
2019. “Anthropology and pan-Africanism at the Margins of the Portuguese Empire: Trajectories of Kamba Simango” in: Warwick Anderson; R. Roque & R.

Ventura Santos (eds.), *Luso-tropicalism and Its Discontents: the Making and Unmaking of Racial Exceptionalism in the Portuguese-speaking World*, New York: Berghahn Books, pp. 68-86.

2019. "Esporte, portugalização e diáspora: os luso-chineses de Moçambique" *Revista Entre-Rios* (UFPI), vol. 2, pp. 9-32.

2018. "A Brazilianist in Portuguese Africa: Charles Wagley's Trip from Mozambique to Guinea-Bissau", *Portuguese Studies Review*, vol. 26, Issue 1, pp. 221-246.

2018. "As ironias pós-coloniais da lusofonia: a propósito de um 'erro de tradução' na edição portuguesa de Casa Grande & Senzala", in: Michel Cahen & Rui Braga (eds.) *Para além do pós-colonial*. São Paulo: Alameda, pp. 223-234.

2018. "Antropologia e sociobiologia: breve crônica sobre a ressurreição de um debate", *Revista de Antropologia*, USP, vol. 61, pp. 47-59.

2017. "¿Buenos portugueses? Una diáspora china en el Mozambique colonial", *Revista de la Escuela de Antropología*, UNR, vol. 23, pp 15-37.

2016. "The birth of cultural materialism? A debate between Marvin Harris and António Rita-Ferreira" *Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 13, p. 1-21.

2016. "Repenser le multiculturalisme", *Al-Irfan. Revue de Sciences Humaines et Sociales*, vol. 2, p. 9-14.

2015. "Trabalhadores moçambicanos na África do Sul: bastidores da controvérsia entre Marvin Harris e António Rita-Ferreira", *Africana Studia*, vol. 25, p. 83-102.

2015. "Antropólogos na "África portuguesa": história de uma missão secreta" *Revista África*, USP, nº 35, pp. 87-118.

2015. "Etnografia e violência no país do apartheid: dois relatos sobre África do Sul". *História: Questões & Debates*, UFPR, vol. 62, 133-162.

2014. "Uma antropologia do político?" *Análise Social*, vol. 210, nº 1, Lisboa, pp. 163-189.

2014. "Introduction", Religion and Ethnicity (guest editor with C. Pompa) *VIBRANT. Virtual Brazilian Anthropology*, Vol. 11, nº2, <http://www.vibrant.org.br/issues/v11n2>

2014. "Assimilacionismo", in: Livio Sansone; Cláudio Alves Furtado. (eds.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EDUFBA, pp. 33-46.

2013. "Alfred Métraux: antropologia aplicada e lusotropicalismo", *Etnográfica*, Lisboa, vol. 2, nº 17, pp. 217-239.

2013. "À propos de l'orientalisme de Gilberto Freyre", in: Fatima Benlabbah. (ed.). *L'Afrique, le Portugal et le Brésil. Trajectoires, mémoires et identités*. Rabat: Institut des Etudes Hispano-Lusophones, pp. 11-31.

2012. "A Domestic Marxism? Samora Machel and the Creation of the People in Mozambique", *Global South (SEPHIS e-magazine)*, vol. 8, pp. 20-29.
2012. "Franz Boas e Kamba Simango: epistolários de um diálogo etnográfico", in: Wilson Trajano Filho (org.) *Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA, pp. 127-155.
2012. "Arabo-muçulmanos no imaginário lusotropicalista", in: C. Castelo; T. Cruz e Silva; O. Ribeiro Thomaz & S. Nascimento (eds.). *Os Outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-69.
2012. "From Mozambique to Brazil: The 'Good Portuguese' of the Chinese Athletic Club", in: Eric Morier-Genoud and Michel Cahen (eds.). *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, London: Palgrave Macmillan, pp. 237-260.
2012. "Os Chineses da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão", in: A. Souza Lobo & J. Braz Dias (eds.). *África em Movimento*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, pp. 177-198.
2011. "Representações (trans)nacionais e trajetórias", in: L. Macagno, S. Montenegro e V. Giménez Béliveau (eds.). *A Triplíce Fronteira. Espaços nacionais e dinâmicas locais*. Curitiba: Editora UFPR, pp.19-38.
2011. "Fronteras de la imaginación luso-tropicalista: Brasil, Portugal y África en el "orientalismo" de Gilberto Freyre", in: Fatiha Banlabbah; Silvia Montenegro; Nohma Ben Ayad. (eds.). *Repensar las fronteras. Culturas: continuidades y diferencias. África-Europa-América Latina*. Rabat: Instituto de Estudios Hispano-Lusos, 2011, vol. 1, pp. 39-52.
2011. "Três 'raças' e uma nação? A propósito de África no Brasil e Brasil na África", *REALIS – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-coloniais*, Pernambuco, vol.1, p. 94 -111.
2009. "The Anthropological Encounter", *Social Sciences and Missions*, vol. 22, nº1, 1-8, Leiden.
2009. "Fragmentos de uma imaginação nacional", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, nº 70, pp. 17-35, São Paulo.
2009. "Missionaries and the Ethnographic Imagination. Reflections of the Legacy of Henri-Alexandre Junod (1863-1934)", *Social Sciences and Missions*, vol. 22, nº 1, pp. 55-88, Leiden.
2009. "Les 'trois races' sont elles solubles dans la nation? Africanisme et nationalisme au temps de Lula", *Lusotopie*, Vol. 16, nº 2, pp. 173-184, Leiden.
2009. "Pos-modernismo y multiculturalismo. Apuntes para um debate inacabado", in: Patricia Medina (ed.) *Epistemologías de la diferencia*. México: Plaza y Valdés, pp. 133-155.

2008. "Multiculturalism in Mozambique? Reflections from the Field". *VIBRANT. Virtual Brazilian Anthropology* (online, <http://www.vibrant.org.br/>), Vol. 5, nº 2, pp. 223-243.
2008. "Moçambique entre Ásia e África: dinâmicas etno-religiosas e identidades muçulmanas", in: L. Macagno; F. R. Ribeiro & P. Schermann (eds.) *Histórias conectadas e dinâmicas pós-coloniais*. Curitiba: Fundação Araucária, pp. 237-267.
2007. "Islã, transe e liminaridade", *Revista de Antropologia* (USP) Vol. 50 nº 1, pp. 85-123.
2007. "Les nouveaux oulémas: la recomposition des autorités musulmanes au Mozambique", *Lusotopie* , Vol. XIV, pp. 151-177. Leiden: Brill.
2005. "Nation-State Building and Cultural Diversity in Portugal", in: Jochen Baschke (ed.) *Nation-State Building Processes and Cultural Diversity*. Berlin: Edition Parabolis, pp. 311-324.
2004. "Mitologías sobre 'raza' y nación", *Revista Ciudadanos*. Vol. 7, Buenos Aires.
2004. "Os livros de Momade. Islã e saber local no norte de Moçambique", *Campos. Revista de Antropologia Social*, Vol. 5, nº 1, pp. 31-51, Curitiba.
2004. "Uma domesticação imaginária. Representações coloniais e comunidades muçulmanas no norte de Moçambique", *Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, Vol. 4-5, pp. 181-205, Lisbon.
2003. "Escenarios de la diversidad. Multiculturalismo y mundos urbanos", *Revista Culturas* (Universidad Nacional del Litoral), Vol. 4, pp. 64-77.
2003. "Política e cultura no Moçambique pós-socialista", *Novos Estudos* (CEBRAP), Vol. 67, pp. 75-89, São Paulo.
2003. "Cidadania e cidade (aventuras e desventuras do multiculturalismo)", *Espaço & Debates*. Vol. 43-44, USP, São Paulo.
- 2003 "Inmigración e imágenes de la nación: Portugal entre el pasado colonial y el presente Europeo", *Claroscuro. Revista del Centro de Estudios para la Diversidad Cultural*, nº 3, pp. 73-97.
2002. "As ilusões etno-genealógicas da nação", *Lugar Comum*. UFRJ, Vol. 18, pp. 103-121, Rio de Janeiro.
2002. " 'Race' et autres communautés imaginées. Une réponse à Alain Morice", *Lusotopie*, Vol. Annuelle, nº 1, pp. 375-384.
2002. "Luso-tropicalismo e nostalgia etnográfica. Jorge Dias entre Portugal e Moçambique" *Afro-Ásia*, Vol. 28, pp. 97-124.
2001. "Uma vez más: modernidade, pós-modernidade e cultura", *Revista Culturas*, Santa Fe (UNL), Vol. 3, pp. 44-61.

2001. "Entre África e o Mediterrâneo: os 'contextos' da antropologia em Portugal. Entrevista com João de Pina Cabral", *Lusotopie. Enjeux Contemporains dans les espaces Lusophones*, Vol. Annuelle, Paris: Karthala,

2001. "O discurso colonial e a fabricação dos 'usos e costumes'. Antonio Enes e a geração de 95", in: Peter Fry (ed.) *Moçambique, ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pp. 61-90.

1999. "Um antropólogo norte-americano no 'mundo que o português criou': relações raciais em Brasil e Moçambique segundo Marvin Harris", *Lusotopie Enjeux Contemporains Dans Les Espaces Lusophones*, vol, 1999, pp. 143-161, Paris: Karthala, pp. 143-161.

1994. "Pensamiento mítico y pensamiento científico en el estructuralismo de Lévi-Strauss", *Rev. Orígenes*, Santa Fe, n° 15, 7-8.

1991. "Antropología en Argentina: la fenomenología de Marcelo Bórmida", *Rev. Orígenes*, Santa Fe, n° 5, pp. 10-12.

RESENHAS

2021. Yann Karlen & Stefano Boroni. Capitão. Lausanne: Éditions Antipodes, 2019, 110 pp. ISBN: 978-2-88901-164-3, *H-Luso-Africa*, forthcoming.

2020. Marcos Cardão. Fado Tropical. O Luso-Tropicalismo na Cultura de Massas (1960-1974), Lisboa: Edições Unipop, 2014, 405 pp. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, vol. 50, p. 311.

2018. Bettina E. Schmidt and Steven Engler (eds.). Handbook of Contemporary Religions in Brazil, Leiden/Boston: Brill, 2016, 552pp. *Social Sciences and Missions*, n° 31, pp. 408-409.

2016. MORIER-GENOUD, Éric (ed.). Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique. Leiden: Brill, 2012, 270 pp., *Cahiers d'Études Africaines*, vol. 224, p. 958-961.

2015. Leon P. Spencer. Toward an African Church in Mozambique. Kamba Simango and the Protestant Community in Manica and Sofala, 1892-1945, Lilongwe, Malawi: Mzuni Press, 2013, 173 pp. *Social Sciences and Missions*, vol. 28, p. 193-195.

2010. Harry West. Kupilikula. O Poder e o Invisível em Mueda, Moçambique, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, 436 pp. *Campos. Revista de Antropologia Social*. Curitiba, vol. 11, n° 1, pp. 121-126.

2004. C. Bastos C., M. Vale de Almeida & B. Feldman-Bianco (eds.) Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002, 422 pp. *Lusotopie*, vol. Anual (2004). Paris: Karthala, pp. 415-419.

2002. João Leal. *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, 274 pp. *Mana. Estudos de Antropologia Social*. Museu Nacional/UFRJ, Vol. 1, Rio de Janeiro.

PREFÁCIOS

2021. “First Edition Presentation”, prefácio ao livro de Patrícia Teixeira Santos e Suresh Kumar: *Faith, War, and Slavery. A History of the Colonial Conquest of Sudan (1881-1898)*, Delhi: Department of African Studies/Faculty of Social Sciences, University of Delhi.

2017. “Uma ética da hospitalidade”, prefácio ao livro de Celso de Brito: *A roda do mundo. A Capoeira Angola em tempos de globalização*. Curitiba: Appris.

2013. “Apresentação” ao livro de Patricia Teixeira Santos: *Fé, Guerra e Escravidão. Uma história da conquista colonial do Sudão (1881-1898)*. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP.

2010. “Prefácio”, livro organizado por Verónica Giménez Béliveau e Silvia Montenegro: *La Triple Frontera. Dinámicas culturales y procesos transnacionales*. Buenos Aires: Espacio Editorial.

ENTREVISTAS

2016. “A ciência é diálogo”. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 20/04/2016. Entrevista conduzida por Sérgio Luz.

2014. “Essa ideia de ‘situação’ que aprendemos com a antropologia social britânica, é fundamental”. *Africana Studia*, Porto, nº 23, pp. 115-129. Entrevista conduzida por Patricia Teixeira Santos.

1996. “Antropología como ciencia de la cultura...”. *El NEA. Diario Independiente del Norte Santafecino*. Ano 4, nº 1209. Entrevista conduzida por Germán B. Nessier.